

FOLHETO

Nº 189

DATA 27/11/02

**GENTIL
NUNES**



Aspectos Administrativos e Políticos do Território do Amapá, depois de março de 1961

Rio de Janeiro
1962

UMA EDIÇÃO DA
EDITORA BRASIL-AMÉRICA LIMITADA

Aspectos Administrativos e
Políticos do Território do
Amapá, depois de Março
de 1961

PAUXY GENTIL NUNES



ASPECTOS
ADMINISTRATIVOS
E POLÍTICOS

DO TERRITÓRIO DO AMAPÁ,
DEPOIS DE MARÇO DE 1961

BIBLIOTECA ARTHUR REIS
MANAUS - AMAZONAS

Rio de Janeiro - 1962

Uma Edição da Editôra Brasil-América Limitada

BIBLIOTECA ARTHUR DE ALMEIDA
SAO PAULO - BRASIL

FOLHETO
Nº.....189.....
DATA 27/11/02

APRESENTAÇÃO

Já tivemos a oportunidade de dizer, no trabalho — “As interpretações sôbre as Leis de Reclassificação e da Paridade e as suas repercussões no Território do Amapá” —, que muitas verdades foram hàbilmente escondidas, propositamente confundidas e outras roubadas ao conhecimento público para que um homem em especial e os seus companheiros de equipe, viessem a ser atingidos por um programa de desmoralização a longo prazo.

Provamos que a Lei de Reclassificação e os decretos sucessivos baixados pelo Govêrno Federal, dela decorrentes, não foram executados no Território do Amapá, num atestado flagrante de má fé e da falta de exação no cumprimento do dever, com o único intuito de atingir-nos e ainda com a agravante da protelação de direitos, vantagens e ao gôzo de benefícios da laboriosa classe do funcionalismo público amapaense, sem que houvesse, por parte daqueles que tinham a obrigação de defendê-la, qualquer protesto.

Outros fatos ocorreram, depois de março de 1961, cuja repercussão invulgar, embora dirigida, penetrou nos lares amapaenses e chegou até a ultrapassar os limites territoriais, para se transformar em manchetes de jornais e entrevistas escandalosas, também com o objetivo e a ousada pretensão de destruir, com palavras e calúnias, uma obra.

Os meios utilizados, as armas empregadas, os aspectos subterrâneos e escusos não nos permitiram, particular e oficialmente, senão aguardar a seqüência natural de ilegalidades praticadas, para dar início à primeira etapa da reposição da verdade.

Tornava-se evidente que, além dêsses obstáculos, passaram a surgir, numa eclosão surpreendente, poderosos interesses, aos quais convinham os exageros e as mistificações oficiosos e oficiais, para ampliar o programa de desmoralização contra a nossa pessoa e as dos nossos companheiros.

O silêncio e a passividade, diante de fatos sumamente graves, que não foram apontados à opinião pública nem ao menos condenados, em face da preocupação do nosso retorno ao cenário amapaense aliado à conveniência em manter-nos mumificados, gerou de igual modo a tese, soprada por interferências estranhas, de nossa extradição do Território, num auto-julgamento que chega até a ferir dispositivos constitucionais.

Essas manobras, inesperadas mas previsíveis, foram caracterizadas pouco a pouco, indicando, segundo a opinião geral, alterações sensíveis no panorama político amapaense.

O esdrúxulo imperativo que impuseram ao homem público, ao cidadão e aos seus companheiros, se constituía em nôvo marco oficial a ser registrado na vida do Amapá, transformando-se em comentário principal, até hoje, em todos os núcleos populacionais do Território, exemplo de fruto cujo amargor só pode provocar a repulsa, simbolismo configurado na história universal pelo beijo, pelo lavamento das mãos e pela corda e o galho da figueira.

A apreensão da prestação de contas do exercício de 1960 e o seu encarceramento na Fortaleza de São José de Macapá, a apreensão do fichário e arquivo contábil e os inquéritos, podem ter sido instrumentos apropriados para imobilizar-nos, para as injunções que nasceram sob a inspiração de novos esquemas, para obrigar-nos também a um silêncio permanente e oportuno em face das conveniências políticas e até o de atingir indiretamente, os que nos são caros.

Mas, desta feita, entre a expectativa de um nôvo dilúvio, o nosso silêncio e o respeito integral à verdade, preferimos êste último caminho, mesmo diante das ameaças e das imposições de toda ordem que estão a nos fazer.

Eis a razão por que, após têmos publicado "As interpretações sôbre as Leis de Reclasificação e da Paridade e as suas repercussões no Território do Amapá", sentimo-nos na obrigação e no dever de realizar êste outro modesto trabalho, que denominamos:

"Aspectos Administrativos e Políticos do Território do Amapá, depois de março de 1961".

A Legalidade e a Realidade de Aspectos Administrativos e Políticos

A análise de todos os atos, decisões, pronunciamentos, apreciações, críticas e ataques, oficiosos e oficiais, realizados depois de março de 1961, com o fim precípua de criar e manter um ambiente de desmoralização contra nós e os nossos companheiros, equivaleria à execução de um trabalho extenso e difícil, senão impossível de ser reunido neste opúsculo.

O exame da sucessão de pormenores de ordem política, notadamente os vinculados aos problemas do âmbito administrativo, exigiria também capítulos especiais, que não poderiam ser ajustados ao principal objetivo a ser alcançado agora.

Por isto mesmo nos restringimos a tornar mais claras as nuances da realidade de certos aspectos políticos já do conhecimento parcial do povo amapaense e a caracterizar outros, destacadamente a legalidade dos aspectos administrativos de fatos ocorridos após o triênio 1958/1960.

Ao mantermos esta tomada de posição e ao darmos o segundo passo nesta jornada que nos exigiram encetar, outro objetivo não nos empolga e orienta senão o de prosseguir na defesa dos nossos companheiros de sempre, de colocar a verdade nos seus devidos termos e provar que continuamos, apesar dos empecilhos, das dificuldades e do próprio tempo, à procura de JUSTIÇA.

1.0.0.

ORÇAMENTO TERRITORIAL. ORIGEM. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA. FASES. EXECUÇÃO. ORÇAMENTO DE 1960 E 1961.

Necessitamos, antes de entrar no mérito dêste modesto trabalho, fazer ligeira apreciação sobre alguns aspectos da vida financeira da administração territorial, para que o nobre povo amapaense possa ter uma perfeita visão dos fatos que ocorreram no Amapá, depois de março de 1961.

Todos os anos, no início do mês de outubro, o Governador determina que sejam organizadas pelos setores administrativos, as propostas parciais dos recursos necessários ao prosseguimento da execução de programas.

Essas propostas são reunidas e constituem a Proposta Orçamentária do Governo, que é encaminhada em várias vias, com expediente, através da Representação do Governo no Rio de Janeiro, à Divisão de Orçamento do Ministério da Justiça, Comissão de Assuntos Territoriais, Departamento Administrativo do Serviço Público e ao representante do Povo Amapaense no Congresso Nacional.

A proposta orçamentária organizada no mês de outubro de cada exercício, visa sempre as dotações que serão concedidas pela União ao Governo do Território do Amapá, dois anos depois.

Ao ser examinada, pelos órgãos federais, normalmente sofre um corte, em média de 40 % na primeira fase, e, quando é parte integrante da Lei de Meios, recebe, no Congresso Nacional, emendas do representante do Povo Amapaense para recuperação dos cortes sofridos ou ampliação.

O Governo do Território pode colaborar com o representante do Povo Amapaense, enviando as emendas prontas e devidamente justificadas, indicando, assim, o seu ponto-de-vista para a recuperação e as principais necessidades do poder executivo amapaense.

No princípio de cada ano o Presidente da República determina medidas, para diminuir ou eliminar o deficit orçamentário, que constituem o Plano Nacional de Contenção de Despesas.

Com o Plano Nacional de Contenção de Despesas, voltam a ser atingidos os recursos destinados à Administração amapaense, através novos cortes, estabelecidos via de regra nos últimos dias do mês de janeiro de cada ano.

Desta forma, só em fevereiro o Governo do Território conhece a sua realidade orçamentária.

O período que compreende o mês de março é o do início da preparação dos planos de aplicação e o encaminhamento aos órgãos federais para exame, aprovação e homologação pelos srs. Ministro da Justiça e Presidente da República.

Somente nos últimos dias do terceiro mês do ano, é que o Ministério da Fazenda expede os avisos à administração central do Banco do Brasil, para que sejam colocados à disposição do Governador do Território, na Agência dêsse estabelecimento bancário, em Macapá, inicialmente os duodécimos de pessoal do primeiro trimestre do ano e, mais tarde, parceladamente, as dotações para a execução de programas.

Mas o emprêgo das verbas depende, segundo a legislação, da aprovação daqueles planos.

Assim ocorreu durante o triênio 1958 a 1960.

Muito embora distintos, os setores administrativo e político estão indiretamente ligados, e, a liberação de verbas para o Governo do Território depende, em grande parte, da atuação e da interferência do representante do Povo Amapaense que, ao apoiar o Poder Executivo, no Congresso Nacional, obtém, por sua vez, o pagamento dos recursos destinados às despesas com o pessoal e execução dos planos da administração.

Antes de examinarmos, entretanto, a forma pela qual as verbas eram recebidas, registradas, distribuídas aos órgãos do setor executivo amapaense e contabilizadas, para efeito da execução da Lei Orçamentária, focalizemos os anos de 1960 e 1961, por terem sido os dois exercícios em que o povo do Território sentiu mais de perto e poderá avaliar a aplicação das verbas, segundo as suas expressões numéricas.

O orçamento do Território do Amapá, para 1960, pelo Ministério da Justiça, foi fixado na Lei de Meios em 309 milhões 118 mil e 80 cruzeiros.



Na TERCEIRA SEMANA DO MÊS DE DEZEMBRO DE 1960, a situação do Governo do Amapá estava colocada, segundo os principais trechos da Exposição de Motivos n.º 16.349, dirigida ao Presidente da República pelo Dr. Armando Falcão, Ministro da Justiça, dentro do seguinte quadro:

“Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência o anexo processo, em que este Ministério, ressaltando as dificuldades enfrentadas pelos Governos Territoriais, pelo atraso na entrega das dotações orçamentárias a eles destinadas, solicitou providências urgentes do Ministério da Fazenda, com o telegrama de fls. 5, no sentido de serem postos, o quanto antes, à disposição daqueles Governos, no Banco do Brasil, os referidos créditos. Não tendo obtido resposta, este Ministério dirigiu a Vossa Excelência a Exposição de Motivos n.º 601, de 23 de maio, em que expunha a situação vexatória e humilhante em que se encontravam os Governadores de Territórios, com dívidas já vultosas e ainda a incapacidade em que se viam para dar prosseguimento às obras de interesse vital para os Territórios.”

“À fls. 20 encontra-se cópia do telegrama do Senhor Ministro da Fazenda, em resposta ao telegrama deste Ministério, em que informa haver determinado o estudo do assunto pelo órgão competente.”

“Em novembro último, a Sociedade Beneficente dos Funcionários Públicos do Território do Acre, no telegrama cuja cópia se encontra à fls. 23, solicitou a interferência deste Ministério para que fôssem liberadas, com a máxima urgência, as verbas destinadas ao pagamento dos funcionários acreanos dos meses de setembro e outubro do corrente ano.”

“Por sua vez, o Governador do Território do Acre, no telegrama de fls. 24, também de novembro findo, dirigido ao Presidente da Comissão de Assuntos Territoriais pede informar-lhe, a fim de que possa dar uma satisfação ao povo acreano, o motivo por que a Administração Territorial, já no décimo primeiro mês do ano, não recebeu qualquer parcela destinada a obras e equipamento, ao mesmo tempo que os duodécimos referentes ao pagamento de pessoal e material somente foram entregues até o mês de agosto.”

“O Governo do Amapá, nos telegramas de fls. 26, 28, 29 e 30, também solicita a nossa interferência no sentido de serem pagos, nos prazos normais, os duodécimos de outubro, novembro e dezembro, referentes às despesas de pessoal e também para que sejam entregues o quanto antes as dotações referentes ao plano de obras do Território.”

Finalmente, a Associação Comercial do Território do Rio Branco dirigiu a este Ministério o telegrama de fls. 38 e 39, em que solicita a liberação imediata de todas as verbas destinadas ao Governo do Território em face da clamorosa situação financeira que atravessa o comércio e demais classes riobranquenses, em virtude de vir atendendo, desde o início do corrente ano, solicitações da Administração Territorial. Esclarece o telegrama que essa situação está causando graves embaraços ao comércio no resgate de seus compromissos, motivando a remessa de títulos a protestos e conseqüências as mais dramáticas até agora vividas por quantos lutam naquela longínqua região.

O total das importâncias destinadas a cada Território no corrente ano, de acordo com atual Lei de Meios e as reduções determinadas pelo Plano de Contenção de Despesas está expresso no quadro abaixo:

Territórios	Lei de Meios	Reduções	Total Disponível
Acre	354.189.970,00	11.000.000,00	343.189.970,00
AMAPÁ	309.118.080,00	10.000.000,00	299.118.080,00
Rondônia	295.317.220,00	10.000.000,00	285.317.220,00
Rio Branco	209.505.180,00	7.000.000,00	202.505.180,00

O quadro seguinte indica o total disponível de cada Território, as importâncias já entregues e as importâncias por receber:

Territórios	Total Disponível	Quantia Entregue	Quantia a Receber
Acre	343.189.970,00	216.564.991,40	126.624.978,60
AMAPÁ	299.118.080,00	171.608.842,00	127.509.238,00
Rondônia	285.317.200,00	169.783.705,20	115.533.514,00
Rio Branco	202.505.180,00	118.838.045,80	85.667.134,20

As importâncias entregues aos Governadores Territoriais destinavam-se apenas ao pagamento de pessoal ativo e inativo e despesas referentes às aquisições de material até o mês de outubro, despesas essas não sujeitas a planos de aplicação.

Verifica-se, assim, que os Territórios até agora não receberam um centavo sequer para custeio de seus planos, muito embora estejamos no último mês de ano, quase todos os planos tenham sido aprovados e muitos deles desde os primeiros meses do ano.

Acontece, todavia, que estando aprovados os respectivos planos de aplicação por este Ministério e havendo dotações orçamentárias próprias, os Governadores Territoriais assumiram compromissos a crédito, compromissos esses que deverão saldar antes de encerrar o exercício financeiro.

Por outro lado, há servidores territoriais pagos à conta das dotações referentes a obras e desenvolvimento da produção, dotações essas que estão entre as não entregues pelo Ministério da Fazenda.

A esse respeito, o Deputado Valério Caldas de Magalhães afirma no seu discurso publicado no Diário do Congresso, de 16 do corrente, (16 de dezembro de 1960), que certos governadores autorizaram o comércio a fornecer-lhes gêneros alimentícios a crédito mas que o comércio já se nega a atendê-los, de vez que estamos no fim do exercício financeiro e o pagamento de tais servidores não foi efetuado.

Nestas condições, de acordo com o parecer unânime da Comissão de Assuntos Territoriais, submeto a matéria à consideração de Vossa Excelência encarecendo a necessidade de serem entregues, o quanto antes,

aos Governadores dos Territórios Federais, as dotações que lhes foram destinadas na atual Lei de Meios.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de profundo respeito."

Fica comprovado, pois, que do orçamento do Ministério da Justiça, para o Território do Amapá, só foi paga, até à TERCEIRA SEMANA DO MÊS DE DEZEMBRO DE 1960, a quantia de 171 MILHÕES 608 MIL E 842 CRUZEIROS.

O restante, no total de 127 milhões 509 mil 238 cruzeiros, foi entregue no dia 29 de dezembro de 1960, em circunstâncias que oportunamente serão examinadas.

Mas, para que o nobre Povo Amapaense possa, agora, ter uma idéia real das dificuldades por que passou o Governo do Território, em 1960, basta que se tome como exemplo, para melhor estabelecer paralelos, a forma pela qual foi pago o total da verba do exercício de 1961, que excedeu ao montante de 800 milhões de cruzeiros, somente pelo Ministério da Justiça, de acôrdo com êstes significativos dados:

Pago, a 20/3/1961, por intermédio da Agência do Banco do Brasil, em Macapá, o primeiro, segundo e terceiro duodécimos de pessoal, material, obras e equipamento.....	Cr\$ 149.432.355,00
Pago, a 17/4/1961, quarto duodécimo.....	49.810.875,00
Pago, a 10/5/1961, quinto duodécimo.....	49.810.875,00
Pago, a 21/6/1961, sexto duodécimo.....	49.810.875,00
Pago, a 19/7/1961, sétimo duodécimo.....	45.120.875,00
Pago, a 9/8/1961, oitavo duodécimo.....	45.120.785,00
Pago, a 9/9/1961, nono duodécimo.....	45.120.785,00
Pago, a 9/8/1961, 1. ^a Parcela do Enquadramento e da Paridade.....	92.097.048,00
Pago, 10/1961, duodécimo de out. ^o /nov. ^o /dez. ^o	138.145.572,00
Pago, 11/1961, 2. ^a Parcela do Enquadramento e da Paridade.....	138.145.572,00
TOTAL.....	802.615.617,00

Convém registrar que de acôrdo com o Plano Nacional de Contenção de Despesas o orçamento do Território do Amapá para 1961, pelo Ministério da Justiça, ainda sofreu um corte de 30 %, corte êste que não se sabe se foi liberado.

Quatro aspectos, entretanto, desejamos salientar nesta oportunidade:

1) — A proposta orçamentária para 1961 foi elaborada pela administração amapaense durante o triênio 1958/1960;

2) — O enquadramento provisório, que elevou o orçamento do Território do Amapá, para mais de 800 milhões de cruzeiros, também foi obtido pela administração amapaense no triênio 1958/1960;

3) — O pessoal denominado, no Território do Amapá, de "diarista", que foi incorporado no quadro de pessoal, durante o triênio 1958/1960, deixou de gravar os programas do Governo, durante o exercício de 1961;

4) — A verba do exercício de 1961, que foi paga com antecipação e regularidade jamais ocorrida durante tôda a vida financeira do Território, é superior à SOMA DAS DOTAÇÕES PAGAS AO GOVERNO DURANTE OS ANOS DE 1959 E 1960, PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.

Em face do exposto, o Governador do Amapá, que recebeu a 29 de dezembro de 1960 a quantia de 127 milhões 509 mil 238 cruzeiros, só poderia de acôrdo com o Código de Contabilidade Pública da União, ter determinado o pagamento dos débitos e o empenho das verbas, pois do contrário seriam recolhidas ao Tesouro Nacional.

Essa importância, que ficou depositada na Agência do Banco do Brasil, em Macapá, foi movimentada através de rádios denominados "Normais" e cheques, por intermédio da Tesouraria do Território e controle da assessoria contábil, permanecendo em nossos arquivos as cópias dos rádios, os respectivos conta correntes e os canhotos dos talões de cheques.

Daí por que ficou em poder do Tesoureiro do Território, tivesse êle o nome de Joaquim, Pedro ou Francisco, porém depositado na Agência do Banco do Brasil, em Macapá, o saldo daquela importância, destinada a satisfazer compromissos do Govêrno, de um exercício encerrado, contraídos de acôrdo com a Lei de Meios e segundo depoimento do servidor Fernando Coutinho, constante do inquérito para apurar possíveis irregularidades na aplicação da verba de obras, assunto, aliás, que será também objeto de análise, neste trabalho.

Atingidos êstes aspectos, passemos a examinar a forma pela qual o Govêrno do Território recebia, registrava, aplicava e controlava, através da Assessoria Contábil, as dotações entregues à administração amapaense.

1.0.1.

A DESCENTRALIZAÇÃO E A ASSESSORIA CONTÁBIL. O FICHÁRIO E O ARQUIVO CONTÁBIL. SUAS FINALIDADES. DESAPARECIMENTO DO PRECIOSO ACERVO.

Desde 1945, por serem as verbas de responsabilidade pessoal do Governador, as emissões de cheques contra a Agência do Banco do Brasil, em Macapá, e a favor da Tesouraria do Território, eram feitas no Gabinete do Governador, mediante registro em livro próprio.

O Serviço de Administração Geral encarregava-se de realizar o processamento dos documentos, com o empenho e a classificação, desde o protocolo até a quitação para, em seguida, organizar a prestação de contas de cada exercício, através dos seus setores, que compreendem a Seção de Contabilidade, Tesouraria, Seção de Municipalidades, Seção de Material e de Pessoal.

Aquela operação, entretanto, que foi possível efetuar inicialmente com reduzido número de servidores, ampliou-se consideravelmente, em virtude do aumento progressivo das verbas do Ministério da Justiça e sobretudo com a participação do Território do Amapá nos orçamentos de outros Ministérios.

A centralização administrativa, sobrecarregando as atividades de supervisão e gerência do Governador, teria de ser subdividida, a fim de evitar-se o volume das obrigações burocráticas que diferiam profundamente dos primórdios da criação do Território do Amapá.

Eis porque o número de funcionários que assessoravam o Governador veio aumentando gradativamente, exigindo o estabelecimento da

Assessoria Contábil, cuja finalidade não era apenas o de controle da execução orçamentária territorial em uma de suas fases, mas da distribuição das verbas pelos setores administrativos e a contabilização dos recursos depositados na Agência do Banco do Brasil, em Macapá, em nome do Governador.

Através do fichário contábil, que registrava a despesa de cada embarcação, dos estabelecimentos de ensino e hospitalares, das obras rodoviárias, da atividade financeira de cada unidade dos Serviços e das Divisões, poder-se-ia comprovar, em 1961, que os recursos orçamentários destinados ao Território do Amapá não podem mais ficar subordinados aos critérios rígidos adotados pelos órgãos federais, sob pena de atrofiamento da máquina administrativa, já desajustada na sua estrutura, e em face do permanente transtorno causado pelo volume cada vez maior dos problemas social e político da região.

Esses aspectos seriam transformados em realidade incontestável, sobretudo durante o triênio 1958/1960, em face da constante ausência da regularidade nos prazos para a entrega das dotações ao Governo do Amapá, sacrificando programas que, planejados em 1945, reajustados permanentemente, não haviam atingido, em fins de 1960, a média de 50 por cento de suas etapas, conforme chegará ocasião de provarmos.

Dentre outras finalidades, a Assessoria Contábil possuía as seguintes:

- 1) — Registro e controle do recebimento e da movimentação das verbas globais de todos os Ministérios;
- 2) — A movimentação das verbas globais era efetuada através de cheques emitidos contra os depósitos existentes, no nome do governador, na Agência do Banco do Brasil, em Macapá, a favor da Tesouraria do Território;
- 3) — Registro e controle da movimentação das verbas por consignação e subconsignação;
- 4) — Registro e controle da emissão de cheques a favor da Tesouraria, em função das Guias de Pagamento do Serviço de Administração Geral, que se faziam acompanhar dos recibos empenhados e classificados, segundo as normas legais;
- 5) — Registro e controle da remessa de suprimentos enviados para as Representações do Governo no Rio e em Belém, contra a emissão de cheques a favor da Tesouraria e ordens de pagamento processadas pela Agência do Banco do Brasil, em Macapá;
- 6) — Registro e controle das ordens emitidas pelo Governador, de Belém e do Rio de Janeiro, por intermédio dos rádios denominados "normais", dirigidos à Agência do Banco do Brasil, em Macapá, exclusivamente em nome do Tesoureiro do Território;
- 7) — Registro e controle da conta corrente fornecida mensalmente pela Agência do Banco do Brasil, em Macapá, correspondente aos cheques emitidos e aos saldos existentes;
- 8) — Registro e controle da remessa de suprimentos mensais para pagamento das despesas do Governo no interior do Território, por intermédio dos Prefeitos Municipais, contra a emissão de cheques para a Agência do Banco do Brasil, em Macapá, e a favor da Tesouraria do Território.

Desta forma, o fichário e o arquivo contábil, que foram apreendidos e transportados para a residência governamental, desapareceram com a viagem do ex-governador José Francisco de Moura Cavalcanti, para Recife, segundo informações colhidas em outubro de 1961, quando de nossa estada em Macapá.

Mas, prossigamos na tarefa de apreciar os fatos administrativos e políticos ocorridos no Território do Amapá, depois de março de 1961.

2.0.0.

A PRESTAÇÃO DE CONTAS. PRAZOS LEGAIS PARA ORGANIZAÇÃO E ENCAMINHAMENTO AO TRIBUNAL DE CONTAS. BALANÇO E INVENTÁRIOS.

Todos os anos o Serviço de Administração Geral dispõe, segundo estabelece o Código de Contabilidade Pública da União, do período compreendido entre 1 de janeiro a 30 de junho, para organizar e submeter ao Governador, com expediente, a Prestação de Contas do exercício anterior, depois do que é, com o ofício do responsável, encaminhado ao Tribunal de Contas da União.

As verbas, e bem assim a prestação de contas, são da exclusiva responsabilidade pessoal daquele que ocupa o cargo de Governador, segundo o Código de Contabilidade Pública da União. Desta forma, a prestação de contas do exercício de 1960 poderia ter sido transportada com a nossa bagagem para Belém ou Rio de Janeiro. Mas ficou em Macapá, na casa do Deputado Amílcar Pereira, que está situada entre a residência governamental e o Palácio do Govêrno, o que demonstra, afinal de contas, não ter havido o propósito escuso de escondê-la ou desviá-la. Em idênticas condições estava o fichário e arquivo contábil, conforme ficará exaustivamente comprovado mais adiante.

De acôrdo ainda com o Código de Contabilidade Pública da União e desde que não recebemos em janeiro, fevereiro e março, verbas do exercício de 1961, não tínhamos porque transferir, oficialmente, a nossa prestação de contas, ao nosso sucessor, já que ela correspondia a um exercício encerrado.

A Lei estabelece apenas ao titular que deixa o cargo a obrigação de transferir ao que assume, o balanço demonstrativo dos valores existentes em banco e o inventário do material que se encontrava sob sua responsabilidade e guarda.

Muito embora o ex-governador José Francisco de Moura Cavalcanti tenha deixado de fazer menção a êste detalhe de ordem legal, logo após ter assumido o Govêrno, fomos obrigados a dirigir, em outubro de 1961, quando estivemos em Macapá, o seguinte ofício ao Dr. Mário de Medeiros Barbosa, então respondendo pela Chefia do Executivo Amapaense:

“Exmo. Sr. Dr. Mário de Medeiros Barbosa
DD. Governador do Território Federal do Amapá
Macapá, 13 de outubro de 1961

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, a fim de solicitar o especial obséquio de autorizar a divulgação, pelo jornal “Amapá”, órgão da Imprensa Oficial do Território, do Balanço demonstrativo dos valores deixados pelo meu Govêrno na Agência local do Banco do Brasil S/A e do Inventário Geral do material que ficou em estoque nas repartições do Govêrno, os quais foram transferidos para a responsabilidade do Senhor José Francisco de Moura Cavalcanti, ex-governador do Território, em março do corrente ano, de acôrdo com o que estabelece o artigo 908 e seu § único, do Código de Contabilidade Pública da União.

Permita-me a liberdade de esclarecer, Senhor Governador, que a presente solicitação prende-se ao fato de não ter sido publicada na época devida a documentação acima referida, no cumprimento dos dispositivos da legislação em vigor.

Estou certo de que Vossa Excelência determinará as providências pleiteadas, pelo que antecipo as expressões de meu sincero agradecimento, renovando-lhe protestos da mais alta consideração e estima."

Apesar de ter sido publicado no jornal "Amapá", voltamos, entretanto, a transcrever nesta oportunidade aqueles documentos:

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Seção de Contabilidade e Tesouraria

BALANÇO

Valores em depósito no Banco do Brasil, S/A.....	9.195.268,00
Material em estoque no Almoxarifado Geral.....	31.064.444,00
Total.....	Cr\$ 40.259.713,00

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, Seção de Contabilidade e Tesouraria, em Macapá, 20 de março de 1961.

a) Altair Cavalcante Lemos

Chefe da S. C. T.

a) José Porpino da Silva

Diretor do SAG.

DEMONSTRAÇÃO do inventário geral do material em estoque nas Repartições do Governo Territorial, abaixo relacionado, transferido para a responsabilidade da administração do Senhor JOSÉ FRANCISCO DE MOURA CAVALCANTI, de acôrdo com o Artigo 908 e § único, do Código de Contabilidade Pública da União.

Divisão de Educação.....	2.580.380,60
Divisão de Produção.....	983.121,00
Administração das Colônias Agrícolas.....	143.669,00
Serviço de Administração Geral.....	1.268.000,00
Divisão de Terras e Colonização.....	38.660,00
Garagem Territorial.....	760.337,00
Rádio Difusora de Macapá.....	72.812,00
Almoxarifado Geral.....	25.217.465,10
Total.....	Cr\$ 31.064.444,00

Observação — Estão faltando computar no valor acima os materiais em estoque nas obras do Governo e no Almoxarifado da Divisão de Saúde.

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, Seção de Contabilidade e Tesouraria, em Macapá, 20 de março de 1961.

a) Altair Cavalcante Lemos

Chefe da S. C. T.

a) José Porpino da Silva

Diretor do SAG.

DEMONSTRAÇÃO dos valores existentes no Banco do Brasil, S/A., — Agência de Macapá, — transferidos para a responsabilidade da administração do Senhor JOSÉ FRANCISCO DE MOURA CAVALCANTI, de acôrdo com o Artigo 908, § único, do Código de Contabilidade Pública da União.

C/Ministério da Aeronáutica — Constr. Aeroporto....	1.012.631,40
C/Ministério da Saúde — Assistência Hospitalar.....	280.925,40
SPVEA — C/Rodovia Cidade do Amapá/Meruoca/Base Aérea.....	500.000,00
SPVEA — C/Pôrto de Macapá.....	7.401.712,00
Total.....	Cr\$ 9.195.268,90

Observação: — Existe em disponibilidade na mesma Agência, conforme OCD-15 de 26 de dezembro de 1960, emitida pelo Ministério da Saúde — Aviso n.º 582, o valor de Cr\$ 49.940,00, que será pago mediante recibo do Diretor da Divisão de Saúde do Govêrno do Território Federal do Amapá.

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, Seção de Contabilidade e Tesouraria, em Macapá, 20 de março de 1961.

a) Altair Cavalcante Lemos

Chefe da S. C. T.

a) José Porpino da Silva

Diretor do SAG.

O inventário da residência governamental foi procedido por funcionários do Território e entregue ao Sr. José Francisco de Moura Cavalcanti, encontrando-se em nosso poder as cópias autênticas do que recebemos do ex-governador Amílcar Pereira e o do triênio 1958/1960, convindo acrescentar ainda que o conteúdo dos volumes de nossa bagagem, transportados pelo iate São Raimundo para Belém e por intermédio das aeronaves da Cruzeiro do Sul para o Rio de Janeiro, de cortesia, foi inventariado por funcionários do Território, cuja cópia também consta de nossos arquivos.

Quanto aos débitos existentes nas praças de Belém e Macapá, êste ínfimo, necessário se torna registrar que apesar de não têmos recebido os duodécimos de janeiro, fevereiro e março de 1961, o Território do Amapá não parou.

Mas, a 20 de março de 1961, três dias após haver assumido o cargo, o ex-governador José Francisco de Moura Cavalcanti recebia, através da Agência do Banco do Brasil, em Macapá, a quantia de 149 MILHÕES 432 MIL 355 CRUZEIROS, para fazer face às despesas realizadas no mês de janeiro, fevereiro e março, que se recusou a pagar.

No relatório dirigido ao Presidente Jânio Quadros, em janeiro de 1961, que foi entregue a segunda via ao Dr. Pedroso D'Horta, Ministro da Justiça, em fevereiro do mesmo ano, está perfeitamente caracterizado o fracionamento dos créditos orçamentários, a drástica redução de recursos, o reajustamento constante dos planos de trabalho e em consequência recusa de estímulos aos setores de produção do Território do Amapá.

Esse relatório, que foi entregue ao ex-governador José Francisco de Moura Cavalcanti, também foi impresso nas oficinas gráficas da Imprensa Oficial e encaminhado às autoridades territoriais.

Mas, continuemos nesta faina de colocar, nos seus devidos termos, a verdade.

2.0.1.

A ORGANIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1960. PROVIDÊNCIAS PARA O CUMPRIMENTO DE DISPOSITIVO LEGAL. A REMESSA AO JUIZ DE DIREITO DE MACAPÁ

A prestação de contas do exercício de 1960 vinha sendo realizada pelos funcionários do Serviço de Administração Geral, dentro do prazo previsto pelo Código de Contabilidade Pública da União.

Em fins de março de 1961, solicitei ao representante do Povo Amapaense, que se deslocara para o Território do Amapá, a fim de participar da Assembléia-Geral da Companhia de Eletricidade do Amapá, que obtivesse, do sr. José Francisco de Moura Cavalcanti, permissão para que os servidores do Serviço de Administração Geral pudessem concluir a prestação de contas das dotações concedidas ao Governo do Amapá, em 1960.

Ao regressar do Território, o Deputado Amílcar Pereira entregou-me a seguinte carta:

“Prezado amigo Pauxy. Abraços. Tenho a satisfação de comunicar-te que, por ocasião de minha estada em Macapá, transmiti ao dr. José Cavalcanti, DD. Governador do T.F. do Amapá, teu pedido no sentido de que permitisse que os servidores territoriais que estavam ultimando a tua prestação de contas, continuassem exclusivamente dedicados a êsse trabalho.

“Aquela autoridade, manifestando grande boa vontade, concordou de pronto, pedindo-me que lhe apresentasse a relação dos nomes dos funcionários que estavam empenhados no referido serviço.

“No dia seguinte, quando visitei os servidores que estavam preparando tua prestação de contas, no local de trabalho, isto é, na casa de minha propriedade à Avenida Amazonas, para transmitir-lhes o resultado de minha conversa com o sr. Governador e pedir-lhes a relação dos nomes, ouvi do sr. Orlando Vilhena de Andrade a declaração de que não seria necessária aquela autorização, pois que todos se encontravam no gôzo de férias regulamentares até 7 ou 8 de abril e que a prestação de contas ficaria pronta no dia 28 de março p. passado. Por essa razão, deixei de submeter à apreciação do sr. Governador a relação que me havia solicitado.

“Na certeza de que tudo correrá bem e de que a entrega de tua prestação de contas ao Tribunal ocorrerá dentro do prazo regulamentar, peço que continues dispondo do amigo. Rio, 2-IV-1961.”

A 27 de abril, dirigi a seguinte carta ao sr. José Francisco de Moura Cavalcanti:

“Senhor Governador: É do conhecimento de Vossa Excelência que deixei nessa capital a prestação de contas dos recursos concedidos à administração territorial durante o ano de 1960, sob a responsabilidade do Diretor do Serviço de Administração Geral, sr. José Porpino da Silva.

“Para facilidade de trabalho e com o propósito de não prejudicar o funcionamento dos serviços de rotina no início da gestão de Vossa

Excelência com encargos relativos ao exercício anterior, e pessoal incumbido da conclusão da prestação de contas bem como a documentação e o material necessários, foram instalados na residência do Deputado Amílcar da Silva Pereira, em Macapá.

“O representante do povo amapaense na Câmara dos Deputados, ao regressar dessa Capital, no mês de março último, informou-me que Vossa Excelência prometera dar as facilidades imprescindíveis no sentido de que os funcionários encarregados da prestação de contas pudessem concluir a sua tarefa.

“A fim de permitir, outrossim, a solução de qualquer dúvida, que porventura viesse a surgir na elaboração da prestação de contas, deixei em poder do servidor Fernando Coutinho, assessor contábil do Gabinete do Governador, o fichário e arquivo contábil que organizei, para o meu controle pessoal da distribuição de dotações aos órgãos do Território.

“Aproximando-se a data limite para a apresentação dos comprovantes de aplicação de recursos ao Tribunal de Contas da União e ainda sendo mister complementar minúcias burocráticas com a minha participação direta, venho solicitar a Vossa Excelência que autorize a remessa dos volumes já prontos e da documentação ainda por finalizar, para o escritório da Representação do Território no Rio de Janeiro, onde executarei o serviço restante.

“Rogo, ainda, a Vossa Excelência, que sejam designados os funcionários Altair Lemos, Benedito Paiva e Orlando Vilhena de Andrade, encarregados da elaboração da prestação de contas de 1960, para ajudarem a ultimar o trabalho durante o prazo aproximado de 30 dias.

“Verificando Vossa Excelência agora as dificuldades que existem na administração territorial, estou certo de que não me negará a colaboração que ora solicito encarecidamente, com o objetivo de satisfazer as exigências estabelecidas em Lei.

“Queira aceitar, Senhor Governador, as expressões da minha atenciosa consideração.”

A carta foi registrada sob o n.º 052035, expressa aérea, na Administração Central do Departamento dos Correios e Telégrafos do Rio de Janeiro, no dia 30 de abril de 1961.

Em seguida, dirigi ao Diretor do Departamento Regional dos Correios e Telegrafos do Estado da Guanabara, o seguinte requerimento:

“Pauxy Gentil Nunes, brasileiro, casado, funcionário autárquico, com residência à Rua Pereira da Silva 444 apt.º 214, Bairro das Laranjeiras, nesta capital, vem mui respeitosamente solicitar a Vossa Senhoria o especial obséquio de autorizar o setor competente dêsse órgão federal a informar, se a carta despachada via aérea, expressa, registro n.º 052035, na Agência Central dêsse Departamento, no dia 30 de abril de 1961, para o Dr. José Francisco de Moura Cavalcanti, Governador do Território Federal do Amapá, foi entregue ao destinatário e se possível a data da entrega. Tratando-se de correspondência que se relaciona com a minha gestão no Governo do Território do Amapá e de excepcional interesse pessoal, muito grato ficaria se fôsse concedido o favor de um pronunciamento breve e por escrito desta solicitação.”

A resposta, em certidão, firmada pelos funcionários do Gabinete do Diretor, atestava a entrega da carta no dia 30 de abril.

Ao Diretor do Departamento dos Correios e Telégrafos do Estado do Pará, enviei o seguinte rádio “western”:

“Doutor Laercio Barbalho. Diretor DCT. Belém. Tendo vista que Agência DCT Macapá está sob sua jurisdição apelo elevado espírito público Vossa Senhoria sentido mandar informar se foi entregue Governador Amapá carta expressa aérea registro 052035 postada dia 30 abril “guichet” agência central Rio. Antecipo agradecimentos resposta Rua Pereira da Silva 444 apt.º 214 saudações.”

Em resposta, via DCT, recebemos o seguinte telegrama:

“Urgente Rio Seu western 27 corrente mês Agência Macapá informa ter entregue Govêrno Território registrado 052035 mesma data postagem Rio que indica se tratar registrado citado seu telegrama pt sds L Barbalho.”

Em maio de 1961 recebi, de Macapá, o n.º 110 do jornal “Fôlha do Povo”, de 27 de abril de 1961, contendo reportagem com grande destaque na primeira página, sôbre apreensão da prestação de contas, de onde destacamos êste trecho:

“Estiveram presentes ao ato o Governador José Cavalcanti, o Secretário-Geral, o Chefe do Gabinete, José Coutinho, o Inspetor José Araguarino Mont’Alverne e outras autoridades. Na guarda dos documentos encontrava-se Altair Lemos, ex-diretor do SAG que alegou, segundo nos foi dado apurar, que os documentos relacionavam-se com a prestação de contas do ex-governador e que eram particulares.

Não tendo, entretanto, qualquer notícia do Sr. José Francisco de Moura Cavalcanti, voltei a me dirigir ao então Governador do Amapá, através do rádio “western” de 21 de junho, que passo a transcrever:

“Urgente Dr. José Francisco de Moura Cavalcanti — Governador Território Amapá — Palácio do Govêrno — Macapá. Aproximando-se trinta de junho data limite para apresentação prestação contas recursos orçamentários distribuídos Govêrno Território Amapá durante 1960 que se achava preparação quando foi transmitido Govêrno ah Vossência vg venho solicitar-lhe obséquio informar com urgência estado atual trabalhos et se dita documentação poderah ser entregue tribunal contas união no prazo estabelecido lei pt Sôbre assunto dirigi vossência carta em 27 abril cuja resposta ateh hoje não recebi pt atenciosas saudações pt.”

No dia 22 de junho, enderecei ao Exmo. Sr. Ministro Joaquim Henrique Coutinho, M. D. Presidente do Tribunal de Contas da União, o seguinte expediente:

“Senhor Ministro: Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que exerci o cargo de Governador do Território Federal do Amapá, de março de 1958 até o dia 2 de março de 1961, data em que foi publicado, no “Diário Oficial”, o ato do Exmo. Sr. Presidente da República, concedendo a exoneração pleiteada.

“Durante os exercícios de 1958 e 1959, encaminhei no prazo legal, a êsse Egrégio Tribunal, as minhas prestações de contas.

“Tendo conhecimento que o nôvo Governador sômente chegaria a Macapá na segunda quinzena de março, regressei ao Rio de Janeiro, a fim de reassumir as minhas funções no Instituto de Aposentadoria, deixando naquela capital, sob a responsabilidade do Serviço de Administração Geral, a prestação de contas do exercício de 1960, em fase de conclusão.

“No dia 27 de abril último, dirigi-me ao sr. Dr. José Francisco de Moura Cavalcanti, atual Governador, solicitando-lhe a remessa dos volumes já prontos e da documentação por concluir, para que, sob minha orientação direta, fôsse executado o restante dos trabalhos no Escritório da Representação do Govêrno no Rio de Janeiro, de acôrdo com os têrmos da carta anexa.

“Sem ter recebido resposta, reiterei a 21 do corrente, ao Sr. Dr. José Francisco de Moura Cavalcanti a solicitação feita anteriormente, conforme rádio transmitido através da “The Western Telegraph C.º”, cuja cópia tenho a honra de juntar ao presente.

“Tendo em vista o disposto no art.º 83, do Código de Contabilidade Pública da União, e aproximando-se a data da expiração do prazo para

apresentação da minha prestação de contas, venho solicitar de Vossa Excelência, em caráter excepcional e tendo em vista os justos motivos apresentados, o especial interesse em autorizar seja prorrogado, por mais trinta (30) dias, do tempo determinado.

“Na expectativa da aquiescência de Vossa Excelência, sirvo-me da oportunidade para antecipar, Senhor Presidente, os meus protestos de elevada consideração e aprêço.”

A 25 de junho de 1961, recebi o rádio via “western”, datado de 24, procedente de Belém, do sr. José Francisco de Moura Cavalcanti, com o seguinte texto:

“Pauxy Nunes — Rua Pereira da Silva 444 — Apt.º 214 — Rio — Acuso recebimento seu telegrama western nr. 426 pt Desconheço prestação de contas exercício 1960 eis que não recebi quando transmissão cargo pt Não foi encontrada também quaisquer dependências repartições govêrno territorial pt Vários documentos cuja origem está sendo examinada foram encontrados propriedades particulares pt Sabe-se apenas serem de propriedade govêrno território pt Competentemente apreendidos são objeto comissão de inquérito regularmente instalada pt São informações que posso prestar pt Ponho-me sua disposição quaisquer outros esclarecimentos pt sds pt.”

Em seguida, chegou ao meu poder carta com firma reconhecida do servidor Altair Lemos, que chefiava os serviços da organização da prestação de contas, cujos principais trechos passo a transcrever:

“Devo ressaltar que Sua Excelência, Doutor José Francisco de Moura Cavalcanti, Governador do Território Federal do Amapá, não desconhecia que os serviços vinham sendo executados em casa particular e mais tarde, num gesto ridículo de menosprêzo, chamou-me ao seu Gabinete de trabalho, onde pediu-me entregasse a segunda via da prestação de contas do exercício de 1960. Em resposta, expus que desde o ano de 1954, quando comecei a trabalhar no Serviço de Administração Geral, aprendi que as segundas vias eram de propriedade dos governantes para os mesmos nas horas necessárias terem à mão a fim de prestar quaisquer esclarecimentos quando solicitados, mas o Senhor Governador afirmou que queria somente a segunda via para arquivo do Govêrno.

“Não vendo nenhum impedimento que desabonasse a mim e tampouco o ex-governador Pauxy Gentil Nunes, pedi que mandasse pessoa de sua confiança para receber os volumes correspondentes às segundas vias da Prestação de Contas de 1960.

“Em minha companhia saíram os senhores Joaquim Coutinho Corrêa, José Porpino da Silva e Armando Botelho da Cunha e mais um Guarda Territorial. Quando chegamos em frente à casa onde se encontrava a referida documentação, fui surpreendido com as seguintes palavras do Dr. Joaquim Coutinho: “Senhor Altair, pretendo desincumbir-me da missão que me foi confiada na qualidade de Presidente da Comissão de Inquérito para fazer a apreensão da documentação aí existente. Peço que me entregue a chave da casa (textuais)”. Indignado com aquela atitude, porque momentos antes tinha me comprometido a entregar, de livre e espontânea vontade, não via motivo para a apreensão de toda a documentação. Respondi que não entregava a chave e nem abriria a casa. Se quisessem procurassem seus direitos. Diante da ponderação do Sr. José Porpino da Silva, cuja insinuação não restaria outra alternativa e com a cabeça mais fria resolvi, por falta de garantia, abrir a porta da casa, fazendo as restrições seguintes: Que o sr. Presidente da Comissão mandasse consignar no termo de apreensão que fazia a entrega da documentação de exclusiva propriedade do ex-governador Pauxy Gentil Nunes, sob coação.

“O sr. Presidente da Comissão ordenou que se chamassem quatro alunos da Escola Industrial e com a presença dos mesmos foi dado o

início dos trabalhos de empacotamento da documentação que mais tarde foi presenciada pelo próprio Governador José Cavalcanti, o qual ao se afastar da localidade chamou o Dr. Coutinho e disse: "Dá chance de defesa para o Altair, êle não tem culpa disso (textuais)."

"Por volta das 17,40 horas do mesmo dia, chamei o Dr. Coutinho e alertei o modo como vinha se desenrolando o serviço, o qual mais tarde poderia vir dar complicações, uma vez que ali se encontrava documentação comprobatória de Prestação de Contas. O mesmo não quis me dar satisfação nenhuma. Terminados os trabalhos, os componentes da Comissão apuseram suas rubricas em cada pacote e eu que era o mais necessário nem me chamaram. Permaneci calado. Em seguida assinei o termo de apreensão do qual pedi uma via que atestasse que eu tinha feito a entrega da documentação e êles recebido. Não me quiseram dar, me furtando um direito líquido e certo que me assistia.

"Passados alguns dias fui sabedor de que tinham retirado os documentos da casa acima mencionada e transportado para a Fortaleza de São José de Macapá, (Corpo da Guarda Territorial), onde devem se encontrar até à presente data.

"A fim de prestar contas, por ser o responsável, pela elaboração da Prestação de Contas, ao ex-governador Pauxy Gentil Nunes, dirigi-me mais uma vez ao Exmo. Sr. Governador do Território, em requerimento, solicitando que certificasse ao pé daquele os motivos que levaram Sua Excelência a apreender a documentação aludida, inibindo um cidadão público de prestar contas de seu mandato e cerceando ao responsável um direito líquido e certo de um compromisso assumido com o ex-gestor, negando-se a passar o certificado ora solicitado.

"Diante do exposto, Senhor Pauxy Gentil Nunes, espero que minhas declarações possam servir a Vossa Excelência como instrumento principal do expediente que dirigirá ao Tribunal de Contas, responsabilizando o Governo atual do Amapá por prisão indevida e não solicitar a dilatação do prazo para entrega da Prestação de Contas."

A 12 de julho de 1961, o Egrégio Tribunal de Contas, apreciando o expediente que dirigi ao Exmo. Sr. Ministro-Presidente, Doutor Henrique Coutinho, assim decidiu em reunião plenária:

✓ "Indeferir, em face da legislação vigente, o pedido de prorrogação do prazo, formulado pelo ex-governador do Território Federal do Amapá, sr. Pauxy Gentil Nunes, visto que compete ao atual Governador as providências concernentes à remessa das contas do exercício de 1960, cientificando-se dessa omissão o sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores."

Apesar do significado que encerra êsse quadro, somos obrigados ainda a tecer a seguinte ordem de considerações:

1) — Estranha-se que o sr. José Francisco de Moura Cavalcanti, ao determinar a instauração do inquérito para apurar o desvio de documentos do Serviço de Administração Geral, não tivesse mandado ouvir os funcionários que trabalhavam na conclusão da prestação de contas, em número de 12, aproximadamente;

2) — Estranha-se que o sr. José Cavalcanti, após ter declarado ao Deputado Amílcar Pereira que concordaria em que os funcionários do Serviço de Administração Geral permanecessem no trabalho da conclusão da prestação de contas, desde que viesse a saber os seus nomes, negasse no seu rádio "western", de 24 de junho, a existência da prestação de contas;

3) — Estranha-se que o sr. ex-governador José Francisco de Moura Cavalcanti, após ter recebido nossa carta, de 27 de abril de 1961, em que declaramos ter ficado em Macapá, em fase de conclusão, a prestação de contas do exercício de 1960, na casa do representante do Povo Amapaense, e tivesse deixado de respondê-la, procurando, assim, ignorar a existência da documentação;

4) — Estranha-se que o sr. José Cavalcanti tenha se recusado a mandar atestar, no requerimento do servidor Altair Lemos, que foi protocolado, o motivo da apreensão da prestação de contas;

e, ainda mais:

5) — O fundamento jurídico para a instituição da Comissão de Inquérito não possuía substância legal;

6) — A designação de funcionário exercendo cargo em comissão, como é o caso do Dr. Joaquim Coutinho, que ocupava a Chefia do Gabinete do Governador, para Presidir a Comissão de Inquérito, implicava em nulidade do processo, segundo matéria em julgado pelo DASP e pelo Poder Judiciário;

7) — A documentação apreendida não poderia ter sido transportada para a Fortaleza de São José de Macapá e sim para o Serviço de Administração Geral afim de ser concluída e remetida ao Tribunal de Contas da União;

8) — Na apreensão não foi procedido o inventário dos documentos, mas tão somente o empacotamento, negando-se ao responsável, sr. Altair Lemos, cópia do termo de apreensão;

9) — A casa do representante do povo amapaense foi invadida, "manu-militare" e posteriormente cercada por guardas territoriais;

10) — Se as prestações de contas dos exercícios anteriores haviam sido encaminhadas ao Egrégio Tribunal de Contas da União, não existia evidentemente o interesse em queimar a prestação de contas do exercício de 1960;

11) — Dentre a documentação existente na casa do representante do Povo Amapaense estavam as segundas vias das prestações de contas de vários exercícios da administração do Cel. Janyary Nunes antes de 1956 e dos anos de 1958 e 1959, exceto as do Deputado Amílcar Pereira, quando governador, que as transportou para o Rio de Janeiro;

12) — O expediente dirigido ao Ministro-Presidente do Egrégio Tribunal de Contas da União foi acompanhado da carta de 27 de abril de 1961, onde comunicamos ter deixado em Macapá, não só a prestação de contas do exercício de 1960 mas o fichário e arquivo contábil, o que finalmente comprova não ter existido o objetivo escuso de esconder os fatos.

Em setembro de 1961, quando demos conhecimento via radional, ao Dr. Mário de Medeiros Barbosa, que o Sr. Presidente da República havia baixado ato designando-o para responder pelo Governo do Território do Amapá, solicitamos que não deixasse serem desviados os inquéritos, a prestação de contas, o fichário e o arquivo contábil.

Nos primeiros dias de outubro, ao chegarmos a Macapá, procuramos o Dr. Mário de Medeiros Barbosa, então Governador do Território, que nos prestou as seguintes informações:

Não recebeu do ex-governador José Francisco de Moura Cavalcanti termo de responsabilidade sobre os inquéritos, sobre a prestação de contas do exercício de 1960 e sobre o fichário e arquivo contábil, ignorando onde se encontravam.

Consultado ainda se havia solicitado ao ex-governador José Cavalcanti a remessa dos inquéritos, da prestação de contas, do fichário e arquivo contábil, ao Juiz de Direito da Comarca de Macapá, respondeu negativamente. Muito embora tenha mandado procurar no arquivo do Gabinete do Governador, cópia do expediente, nada foi encontrado a respeito.

Apuramos, entretanto, que a referida documentação havia sido remetida ao Juiz de Direito da Comarca de Macapá, com expediente assinado

pelo ex-governador José Francisco de Moura Cavalcanti, sob o fundamento de que fôra a pedido do ex-governador Mário de Medeiros Barbosa.

Os inquéritos, conforme será comprovado mais adiante, apesar de encaminhados àquela autoridade judiciária, não foram concluídos na fase processual administrativa.

Ao terminarmos mais esta etapa de nosso trabalho, cujo desenlace não merece evidentemente comentários, passemos ao capítulo que compreende os inquéritos administrativos instaurados depois de março de 1961.

3.0.0.

OS INQUÉRITOS. ASPECTOS GERAIS. O INQUÉRITO DA APREENSÃO DO FICHÁRIO E ARQUIVO CONTÁBIL DO TRIÊNIO 1958/1960. A PARALISAÇÃO E OS VERDADEIROS MOTIVOS.

Quem compulsa o Estatuto dos Funcionários Públicos encontra, à páginas 187/188, parecer opinativo, em que se procurando a opinião de A. A. Contreiras de Carvalho, constata-se que o mesmo ao citar o culto Marcelo Caetano, refere que:

“três fases apresenta o processo disciplinar comum: o da instrução, em que se buscam os elementos de prova da existência dos fatos de que é acusado o funcionário; a da DEFESA, a mais importante, pois que o próprio direito natural impõe que ninguém seja acusado sem ser ouvido; e da apreciação e decisão, que pode ser mais ou menos complexa.”

Mais adiante, A. A. Contreiras de Carvalho, tratando dos característicos do processo, afirma que:

“a única formalidade essencial é a audiência do arguido em termos de lhe assegurar ampla defesa.”

Convém referir que a simples intimação do indiciado para apresentar defesa final, quando a instrução já está concluída, de modo nenhum satisfaz a exigência do disposto no art. 217.^o, **in fine**, do Estatuto dos Funcionários Públicos. O que a norma ali consubstanciada dispõe é a garantia de ampla defesa e esta não se configura senão com a integração de todos os seus pressupostos e elementos.

O emérito JOÃO BARBALHO ensina que:

“Com a plena defesa são incompatíveis e, portanto, inteiramente inadmissíveis, os processos secretos, inquisitoriais, as devassas, a queixa ou o depoimento do inimigo capital, o julgamento de crimes inafiançáveis na ausência do acusado, ou tendo-se dado a produção de testemunha de acusação sem ao acusado se permitir reinquiri-las, a incomunicabilidade depois da denúncia, o juramento do réu, o interrogatório dêle sob coação de qualquer natureza, por pergunta sugestiva ou capciosa, e, em geral, todo procedimento que de qualquer maneira embarace a defesa.” Comentários, pág. 323).

De igual modo o espírito da Lei estabelece que os prazos SÃO FATAIS E IMPRORROGÁVEIS. Eles não foram fixados apenas para

assegurar a regularidade do processo administrativo, mas evitar a procrastinação.

Objetivam, sobretudo, colocar o funcionário a salvo de permanecer, por muito tempo, sob o constrangimento moral que sempre causam os inquéritos, razão fundamental da existência do art. 217, no Estatuto dos Funcionários Públicos.

Os inquéritos têm duas áreas distintas, a saber: a administrativa e a judiciária. Os crimes, por sua vez, quando caracterizados, são os de responsabilidade e os comuns.

Feitas estas considerações preliminares, passemos à análise do inquérito relativo à apreensão do fichário e arquivo contábil do triênio 1958/1960.

Um dos atos do ex-governador José Francisco de Moura Cavalcanti, após a sua posse, foi o de mandar apreender, na residência do servidor Fernando Coutinho, o fichário e arquivo contábil que organizei para controle da distribuição de verbas aos setores administrativos do executivo amapaense.

A apreensão contou com a presença e a interferência direta das mais altas autoridades do Governo do Amapá, que invadiram, "manu-militare", um domicílio particular a fim de se desincumbirem daquela missão.

O servidor Fernando Coutinho foi chamado, especialmente, ao Gabinete do Governador, onde prestou depoimento, perante o Chefe do Executivo amapaense, depoimento, aliás, que assinou na ocasião, em circunstâncias originais.

Ao depor, deixou bem claro, nas suas declarações, que assumia inteira responsabilidade de sua atitude, demonstrando desde logo a inexistência de propósitos escusos. Frisou o referido servidor que o fichário contábil representavam o principal documento que possuíamos para comprovar que as verbas recebidas haviam sido integralmente aplicadas.

Um inquérito foi aberto e uma comissão designada para realizá-lo.

Não se diga, porém, que o sr. José Francisco de Moura Cavalcanti desconhecia a existência do fichário e arquivo contábil. A carta que lhe enviamos, a 27 de abril de 1961, registrada aérea, sob n.º 052035, já transcrita anteriormente e encaminhada também ao Egrégio Tribunal de Contas da União, esclarecia suficientemente o assunto.

Essa confissão e o próprio fato de têmos deixado na capital do Território o fichário e o arquivo contábil testemunham a nossa boa fé, pois a documentação poderia ter feito parte de nossa bagagem pessoal ou ser remetida entre o dia de nossa saída, a 4 de março, e antes da chegada do sr. José Cavalcanti, a 17 do mesmo mês.

O inquérito prosseguiu, com a indispensável propaganda e dísticos do estabelecimento de uma nova era.

Meses após, entretanto, o servidor Fernando Coutinho, que fôra até afastado do serviço, em virtude de decisão governamental, da qual recorreu na forma da Lei, inexplicavelmente recebia ordem para servir na Divisão de Produção, onde ainda se encontra no exercício de suas atividades.

Um silêncio profundo sobreveio em seguida, ignorando-se os resultados do inquérito.

O mais extraordinário é que o fichário e arquivo contábil, apreendidos por se encontrarem numa casa particular, foram transportados nos automóveis do Governador e Secretário Geral, para a residência governamental, onde ficaram depositados e de onde vieram a desaparecer

com a viagem do sr. José Francisco de Moura Cavalcanti, para Pernambuco, segundo apuramos em outubro de 1961, na capital do Território.

Mas neste, como em outros casos, existem verdades que foram escondidas propositadamente, roubadas e subtraídas ao conhecimento público, com a exclusiva finalidade da ampliação do programa de desmoralização, com o intuito de serem atingidos fins políticos.

Apesar de ser matéria considerada em julgado, pelo DASP e pelo Poder Judiciário, de que servidor exercendo cargo em comissão não pode participar de comissão de inquérito, sob pena de nulidade, foi baixada portaria oficial designando o sr. Sílvio Hock Pfafer, pessoa de absoluta confiança do ex-governador José Francisco de Moura Cavalcanti, para presidi-la.

O sr. Sílvio Hock Pfafer exerceu o cargo de oficial de gabinete e, na época da sua designação, ocupava a Diretoria da Divisão de Educação, ambos cargos em comissão.

O inquérito prosseguiu, apesar da ilegalidade.

A certeza e a garantia de 5 anos de administração, perfeitamente tranqüilos, com a cobertura e o prestígio da apregoada confiança do Presidente da República, assegurava um plano de desmoralização por etapas contra nós e os nossos companheiros de equipe, onde o inquérito da apreensão do fichário e arquivo contábil seria a primeira, dentre outras medidas, e o servidor Fernando Coutinho, um dos bodes expiatórios.

Um fato, entretanto, além das irregularidades já apontadas, viria a deslocar o curso do inquérito, a promover o seu suicídio burocrático, transformando-o num nati-morto.

O sr. Sílvio Hock Pfafer deixara a sua repartição, em Pernambuco, para acompanhar o ex-governador José Cavalcanti, sem regularizar a sua situação funcional.

Mas o sr. José Francisco de Moura Cavalcanti solicita, em expediente ao Sr. Ministro da Justiça, que fôsse posto à disposição da administração amapaense êsse funcionário.

O Presidente do IPASE, ouvido a respeito, manda informar que o servidor Sílvio Hock Pfafer, datilógrafo nível 7, encontrava-se ausente do serviço por mais de 30 dias, sem motivo justificado, o que representava, pelo Estatuto dos Funcionários Públicos, abandono de emprêgo.

Ignoramos se o sr. Sílvio Hock Pfafer está respondendo a inquérito administrativo.

Sabemos, apenas, que nos cargos em comissão exercidos no Governo do Amapá, baixou atos, recebeu vencimentos, ajudas de custo, viajou por conta das dotações orçamentárias do Território, detalhes, evidentemente, de flagrantes irregularidades.

Depois disso o inquérito, sob a presidência do sr. Sílvio Hock Pfafer, apesar de morto, continuou sepultado.

Se o fato tivesse ocorrido no triênio 1958/1960, após março de 1961, teríamos manchete no "Amapá Jornal", profusa e hábil propaganda pela rádio do Governo e as eminentes personalidades saíam na sua peregrinação oficiosa, a promover as suas revelações assustadoras e misteriosas, na política de campanário ou a de pé do ouvido, para desmoralizar-nos e aos companheiros de equipe.

Hoje pouco importa onde esteja o fichário e o arquivo contábil. O essencial, politicamente, era caracterizar o triênio 1958/1960 por desmandos e irregularidades.

Aqui se encerra mais um dos episódios ocorridos no Amapá, depois de março de 1961.

3.0.1.

O INQUÉRITO DA QUEIMA DE PAPÉIS E DOCUMENTOS. ASPECTOS GERAIS. RESULTADOS.

Vários foram os motivos de grande exploração oficial, ocorridos depois de março de 1961. Dentre eles estão os inquéritos mandados instaurar para apurar possíveis irregularidades praticadas na administração anterior.

O primeiro, da apreensão do fichário e arquivo contábil do triênio 1958/1960, deixava à mercê dos ex-dirigentes amapaenses os meios indispensáveis para ampla verificação da aplicação das verbas.

O segundo visava, principalmente, imputar-nos a responsabilidade de ter dado ordem expressa para queimar toda a documentação do arquivo contábil da administração amapaense, desde 1944.

Antes de entrarmos no mérito da questão, de divulgarmos a nossa defesa apresentada à Comissão de Inquérito, de analisarmos o que pretenderam configurar entre determinação e autorização para queima de papéis ou documentos e o que preceitua o Código de Contabilidade Pública da União sobre incineração de documentos e papéis, examinemos os aspectos que deram origem e orientaram a marcha do processo, a fim de ser avaliado, em toda a sua extensão, o que foi, na realidade, este inquérito.

Do preâmbulo da Portaria n.º 46/61, de 17 de abril de 1961, o fundamento jurídico consubstanciado, para a instauração do inquérito, estava assim expresso:

“Usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do Art.º 4.º, do Decreto-Lei n.º 5.839, resolve, etc. ...”

Ora, o item VIII, do Art. 4.º, estabelece:

“Art.º 4.º — Ao Governador compete:
VIII — Nomear e demitir os Prefeitos Municipais...”

Esta citação, por si só, dispensa qualquer comentário e está a indicar, desde a origem, a ilegalidade do inquérito.

Mas, prossigamos.

A nomeação de funcionário no exercício de cargo em comissão para participar de Inquérito implica em sua nulidade, segundo decisões há muito consagradas pelo DASP e pelo Poder Judiciário.

Ainda assim, o ex-governador José Cavalcanti baixou portaria, designando o Dr. Joaquim Coutinho, Chefe de seu Gabinete, no exercício de cargo em comissão, para presidi-la.

O inquérito, apesar de tudo, foi levado adiante.

O direito individual de ampla defesa, consignado na Constituição da República, art. 141.º e parágrafo 35, no seu aspecto geral, e o artigo 189, item II, num plano particular, não foram respeitados nem assegurados.

O art. 217, do Estatuto dos Funcionários Públicos, que acompanha a diretriz fundamental do postulado constitucional de ampla defesa, também foi sobreposto.

O inquérito, apesar de tudo, prosseguiu, à revelia do maior interessado.

Não se diga que o ex-governador José Francisco de Moura Cavalcanti não dispunha dos meios legais para exigir a nossa presença no Território. Bastaria solicitar ao Presidente da República fôsse pôsto à sua disposição para o fim de responder inquérito e temos a certeza de que o seu pedido seria imediatamente atendido.

A requisição, entretanto, não foi feita. Esperamos em vão, porque, legalmente, não podíamos intervir no inquérito administrativo.

Não se pretendia apurar, segundo tudo indicava, a verdade dos fatos.

Os prazos estabelecidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos, para o início e conclusão dos inquéritos, fixos e improrrogáveis, também não foram observados.

O primeiro, de 60 dias, foi ultrapassado. O segundo, de 30 dias, também.

Era, afinal de contas, mais um dispositivo legal que se feria.

A Portaria 46/61, de 17 de abril, determinava o encerramento do inquérito a 17 de julho.

Somente a 21 de agosto, quando presidíamos uma cerimônia esportiva de âmbito nacional, em Belém, patrocinada pela Confederação Brasileira de Desportos, tomamos conhecimento que fôra expedido, via "western", notificação destinada ao nosso enderêço, no Estado da Guanabara.

O relatório final da Comissão de Inquérito não estava de acôrdo com o que preceitua o Estatuto dos Funcionários Públicos, pois não indicava os artigos que havíamos infringido.

Apesar dêsse aglomerado de irregularidades, que tornavam nulo o processo, constituímos advogados em Belém, o Dr. Egídio Salles, que apresentou defesa, dentro dos prazos legais, se é que ainda existiam prazos considerados legais.

Depois de agosto um silêncio tumular caiu sobre o assunto, contrariando o que está fixado no item I e II, do parágrafo 36, do art. 141, da Constituição, assim disposto:

"Art.º 36 — A lei assegurará:

I — O rápido andamento dos processos nas repartições públicas;

II — A ciência aos interessados dos despachos e das informações a que êles se refiram."

Aguardávamos, ainda, a decisão final do ex-governador José Francisco de Moura Cavalcanti sobre o inquérito, da qual, segundo a lei, teríamos o direito de recorrer.

Mas o despacho não veio!

Ao darmos conhecimento ao Dr. Mário Barbosa, via radional, nos primeiros dias de setembro de 1961, do ato do sr. Presidente da República, nomeando-o para responder pelo expediente do Govêrno do Amapá, solicitamos que não permitisse o desvio dos inquéritos.

Em outubro de 1961, por ocasião de nossa estada em Macapá, aonde fomos tratar exclusivamente dêsse assunto, soubemos que o ex-governador José Francisco de Moura Cavalcanti, apesar dos inquéritos não terem sido concluídos na fase processual administrativa, os remetera ao Juiz da Comar-

ca de Macapá, sob a alegação de que o fôra por solicitação do Dr. Mário de Medeiros Barbosa.

Ao consultarmos o então Governador Mário Barbosa, êste contestou formalmente aquela alegação e adiantou-nos não ter sido encontrada, nos arquivos do Gabinete, cópia do referido expediente; disse-nos mais: que o ex-governador José Cavalcanti só lhe havia entregue, na cerimonia de transmissão do cargo, uma relação com valores que foram transferidos para a sua responsabilidade.

Enfim, constatamos que o ex-governador José Cavalcanti mandou ao Juiz de Direito da Comarca de Macapá, com expediente, os inquéritos, alegando que o fizera a pedido do Dr. Mário de Medeiros Barbosa.

A opinião geral, nessa altura, já confirmava a existência de poderoso jôgo de interesses políticos, a montagem de dispositivos com repercussão futura, visando manter o esquema de desmoralização contra nós, os nossos companheiros e o triênio 1958/1960.

Mas, em meio a tudo isso, ainda cabem estas considerações:

1) — O fichário e o arquivo contábil do triênio 1958/1960, através dos quais o ex-governador José Cavalcanti poderia apurar o emprêgo das verbas, não foi queimado e sim apreendido, ficando em seu poder, na residência governamental, ignorando-se o seu destino;

2) — A apreensão de tôda a documentação que compreende a prestação de contas do exercício de 1960, representava outro poderoso instrumento para que fôssem apuradas irregularidades;

3) — Dentre a documentação apreendida estavam as segundas vias das prestações de contas de vários exercícios do período administrativo do Cel. Janary Nunes, antes de 1956, as de 1958 e 1959, exceto as de responsabilidade do ex-governador Amílcar Pereira, que as transportou para o Rio de Janeiro;

4) — A Tesouraria do Govêrno do Território possui contabilizada tôda a movimentação das verbas do triênio 1958/1960;

5) — As prestações de contas dos exercícios de 1958 e 1959 haviam sido encaminhadas ao Egrégio Tribunal de Contas.

Prossigamos...

3.0.1

O INQUÉRITO DAS VERBAS DE OBRAS DE 1960. ASPECTOS GERAIS. A RELAÇÃO DAS REQUISIÇÕES EMITIDAS DEPOIS DE MARÇO DE 1961.

A fim de apurar possíveis irregularidades na aplicação de verbas, destinadas ao Plano de Obras de 1960, o Sr. José Francisco de Moura Cavalcanti, depois de março de 1961, com indispensável propaganda pelos órgãos oficiais do Govêrno, mandou abrir inquérito.

O fundamento da Portaria 42/61, de 18 de abril, divulgada no "Amapá Jornal", edição de 22 do mesmo mês, n.º 1107, estava assim concebida:

"Usando das atribuições que lhe confere o item IX, do Decreto-Lei n.º 5.839, de 23 de setembro de 1943, resolve, etc., etc.."

Ora, o item IX, do Decreto-Lei n.º 5.839, jamais poderia ter sido considerado como fundamento jurídico para qualquer coisa, porque, isoladamente, não existe.

O Decreto-Lei n.º 5.839 compõe-se de 25 artigos, que se subdividem em parágrafos, itens e alíneas. Desta forma, sem a citação do artigo é evidente que o item referido não confere atribuições ao Governador nem a quem quer que seja.

Mas, admitindo o lapso, ainda assim, o item IX, do Artigo 4.º, do Decreto-Lei em aprêço, dispõe que ao Governador compete:

“nomear, aposentar, pôr em disponibilidade, demitir e licenciar funcionários, quando os respectivos cargos e empregos não forem de nomeação do Governo Federal ou Municipal, e impor-lhes penas disciplinares, respeitado o disposto na Constituição e nas Leis.”

A Portaria 42/61 designa funcionário para integrar uma Comissão de Inquérito. Mas, entre designar e nomear, juridicamente ou no campo do direito administrativo, não significa a mesma coisa.

Face ao exposto, não se sabe, se antes do início do inquérito já pretendiam nos demitir, com a agravante de que não éramos funcionário do Território.

Neste inquérito como no anterior, o direito individual de ampla defesa, assegurado pela Constituição, não foi concedido, nem no início e nem no curso da instrução.

O art. 217 do Estatuto dos Funcionários Públicos, que considera nulo o processo quando se nega ao servidor o direito de ampla defesa consagrado em nossa Carta Magna, também não foi respeitado.

Tudo foi feito à nossa revelia, apesar de já haverem sido banidos, há muito, de nossa Pátria, os inquéritos secretos.

A Portaria de 18 de abril, mandando instaurar o inquérito, foi publicada no “Amapá Jornal” de 22 do mesmo mês.

Mas, diz o parágrafo único, do artigo 220 do Estatuto dos Funcionários Públicos, que o prazo para a conclusão do inquérito é de 60 dias, “prorrogáveis por mais 30, pela autoridade que houver determinado a instauração do processo, no caso de força maior.”

O primeiro prazo, de 60 dias, expirou a 21 de julho de 1960 e o inquérito não estava concluído. Mas prosseguiu, sem que a Comissão tivesse solicitado prorrogação nem o Governador a tivesse concedido, no caso de força maior.

O segundo prazo, previsto em lei, terminou a 21 de julho e o inquérito também não havia sido concluído, a essa altura.

Finalmente, sintetizando:

- 1) — Muito embora neste, como no anterior, já estivessem caracterizadas as irregularidades existentes, tornando-os nulos, apresentamos defesa;
- 2) — O relatório da Comissão, neste como no anterior, não indicava quais os artigos do Estatuto dos Funcionários Públicos que foram infringidos;
- 3) — O processo também neste, como no anterior, não mereceu o despacho final do Governador, do qual ainda caberia recurso;
- 4) — O inquérito não foi concluído na sua fase processual administrativa e, por isto mesmo, não podia ter sido remetido ao Juiz da Comarca de Macapá;

5) — O ex-governador José Cavalcanti encaminhou os inquéritos ao Juiz da Comarca de Macapá, sob a alegação de que fôra a pedido do ex-governador Mário Barbosa, mas este nega ter feito a solicitação;

6) — A instância para serem encaminhados os inquéritos, na hipótese de caracterizado o crime de responsabilidade seria o Tribunal de Apelação do Distrito Federal, de acôrdo com o art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 5.839, Livro II, Capítulo III do Código do Processo Penal;

7) — Apesar da clareza do disposto no parágrafo 36, da Constituição, que determina o rápido andamento dos processos nas repartições públicas e a ciência aos interessados dos despachos e informações a que eles se refiram, até hoje, decorridos 10 meses do início dos inquéritos permanece um silêncio tumular sôbre o assunto.

A riqueza de todos êsses aspectos constituem um nôvo marco na história política e administrativa do Território, depois de março de 1961.

Vale registrar, porém, que durante a nossa curta estada em Macapá, no mês de outubro de 1961, ao procedermos a um rápido levantamento do material destinado à execução de obras do Plano de 1960, existente sômente no Almoxarifado Geral do Serviço de Administração Geral, constatamos a situação que abaixo fica definida:

Relação das requisições emitidas contra o Almoxarifado na gestão do Governador José Cavalcanti, retirando material de construção e outros do estoque deixado pelo Governador Pauxy Nunes, que destinava-se às obras do Plano de Obras de 1960.

N.º da Requisição e Origem	Data do Recebimento do Material	DESTINO DO MATERIAL	OBSERVAÇÃO
105/61-DO	11-4-61	Biblioteca Pública.....	Material de Construção
123/61	23-3-61	Reforma Escola Maternal..	Material de Construção
131/61	28-3-61	Reforma Escola Maternal..	Material de Construção
133/61	28-3-61	Reforma Escola Maternal..	Material de Construção
140/61	8-4-61	Reforma Escola Maternal..	Material de Construção
146/61	12-4-61	Biblioteca Pública.....	190 sacos cimento
147/61	11-4-61	Grupo E. A. Vaz Tavares..	60 sacos cimento
148/61	12-4-61	Residência Funcionários...	50 sacos cimento
149/61	13-4-61	Grupo da Favela.....	50 sacos cimento
150/61	13-4-61	Muro de Arrimo.....	100 sacos cimento
151/61	13-4-61	Muro Cadeia Pública.....	50 sacos cimento
153/61	13-4-61	Alfaiataria E. I. M.....	50 sacos cimento
154/61	13-4-61	G. E. Azevedo Costa....	50 sacos cimento
155/61	12-4-61	Laboratório Hosp. Macapá	50 sacos cimento
192/61	18-4-61	Res. Chefe Polícia.....	1 lata óleo
212/61	29-5-61	Rêde Hidráulica Escola Normal de Macapá.....	Material de Construção
216/61	26-5-61	Res. Secretário-Geral.....	Material de Construção
225/61	15-5-61	Casas Funcionários.....	Material de Construção
243/61	14-6-61	Res. Secretário-Geral.....	Material de Construção
244/61	14-6-61	Res. Secretário-Geral.....	Material de Construção
274/61	16-6-61	Biblioteca Pública.....	Material de Construção
286/61	16-6-61	Res. Diretor DE.....	Material de Construção
288/61	16-6-61	Serviço Esgôto.....	Material de Construção
296/61	19-6-61	Centro Cívico.....	Material de Construção
298/61	16-6-61	Biblioteca Pública.....	Material de Construção
304/61	19-6-61	Casa do Professor.....	Material de Construção
324/61	4-7-61	Escola Normal.....	Material de Construção
325/61	4-7-61	Escola Normal.....	Material de Construção
341/61	3-7-61	Residência Governamental..	Material de Construção
347/61	19-6-61	Res. Chefe de Polícia....	Material de Construção

N.º da Requisição e Origem	Data do Recebimento do Material	DESTINO DO MATERIAL	OBSERVAÇÃO
393/61	30-6-61	Biblioteca Pública.....	Material de Construção
401/61	5-7-61	Res. Chefe de Polícia....	Material de Construção
404/61	3-7-61	Const. Casas Funcionários	200 sacos cimento
406/61	4-7-61	Const. Garage Territorial..	50 sacos cimento
407/61	31-6-61	Const. Casa do Professor..	50 sacos cimento
408/61	5-7-61	Bens Imóveis.....	10 sacos cimento
413/61	3-7-61	Casa Chefe de Polícia....	12 sacos cimento
433/61	14-7-61	Casa do Professor.....	Material de Construção
453/61	11-7-61	Bens Imóveis.....	Material de Construção
477/61	15-7-61	Cine Territorial.....	Material de Construção
484/61	11-7-61	Const. 563 mts esgôto....	50 sacos cimento
491/61	17-7-61	Serviço Bens Imóveis....	Material de Construção
492/62	17-7-61	Serviço Esgôto.....	Material de Construção
509/61	26-7-61	Casas Operários.....	Material de Construção
515/61	26-7-61	Escola Industrial.....	Material de Construção
079/61	25-4-61	Res. Secretário-Geral....	Material de Construção
051/61	14-4-61	Res. Secretário-Geral....	Material de Construção
055/61	14-4-61	Res. Secretário-Geral....	Material de Construção
059/61	18-4-61	Res. Governamental.....	Material de Construção
168/61	19-6-61	Para lancha Governador...	Material de Construção
140/61	30-5-61	Para a Lancha Capitania...	Material de Construção
125/61	24-4-61	Fortaleza de Macapá.....	Material de Construção
090/61	12-4-61	Iate São Francisco.....	Material de Construção
086/61	10-4-61	Fortaleza de Macapá.....	Material de Construção
009/61	24-4-61	Olaria Territorial.....	Material de Construção
019/61	5-7-61	Matadouro.....	20 m ² de azulejo
025/61	13-7-61	Matadouro.....	Material de Construção
029/61	13-7-61	Matadouro.....	Material de Construção
110/61	4-7-61	Colônia Penal.....	Material de Construção
085/61	30-5-61	Colônia Penal.....	Material de Construção
057/61	25-7-61	Colônia Penal.....	Material de Construção
019/61	11-4-61	Guarda Territorial.....	10 sacos cimento
517/61	17-7-61	Serviço Esgôto.....	Material de Construção
536/61	27-7-61	Bens Imóveis.....	64 m ² tacos madeira
587/61	27-7-61	Casas Operários.....	Material de Construção
607/61	27-7-61	Muro de Arrimo.....	Material de Construção
620/61	27-7-61	Muro de Arrimo.....	Material de Construção
330/61	2-8-61	Muro de Arrimo.....	Material de Construção
601/61	24-8-61	Grupo Escolar Laguinho...	Material de Construção
419/61	6-9-61	Esc. Doméstica Macapá...	Material de Construção
702/61	24-8-61	Sertta Navegação.....	Material de Construção
961/61	14-9-61	Muro de Arrimo.....	Material de Construção
123/61	4-8-61	Frigorífico Macapá.....	Material de Construção
613/61	21-7-61	Presídio Macapá.....	Material de Construção
542/61	21-7-61	Muro de Arrimo.....	265 sacos cimento
606/61	24-8-61	Serv. Abastecimento Água..	Material de Construção
814/61	17-8-61	Bens Imóveis.....	Material de Construção
813/61	22-8-61	Biblioteca Pública.....	Material de Construção
241/61	30-6-61	Estaleiro Naval.....	Material de Construção
592/61	26-7-61	Res. Secretário-Geral....	Material de Construção
811/61	24-8-61	Serv. Abastecimento Água..	Material de Construção
812/61	12-9-61	Casas Operários.....	635 sacos cimento
800/61	22-8-61	Biblioteca Pública.....	Tinta
786/61	22-8-61	Res. Secretário-Geral....	65 Chapas Eucatex
784/61	22-8-61	Res. Chefe de Polícia....	Material de Construção
783/61	22-8-61	Casa do Professor.....	200 m ² tacos pau amarelo
601/61	24-8-61	Reparos Escola Doméstica..	Material de Construção
419/61	15-6-61	Rebocador Araguay.....	Material de Construção
086/61	29-4-61	Gabinete Governador....	Material de Construção

Sem a preocupação de apurar detalhes, já que o tempo de permanência na capital do Território foi curto, tomamos conhecimento ainda destes outros pormenores:

- a) — Do almoxarifado das obras de abastecimento de água de Calçoene foram retiradas e transportadas no iate São Francisco para Macapá 150 sacas de cimento, material este que foi empregado na construção de casas de funcionários;
- b) — Do almoxarifado de obras da Escola Agro-Artezanal de Mazagão foram retiradas aproximadamente 70 sacas de cimento, também empregadas na construção de casas para funcionários;
- c) — Do almoxarifado da Casa do Professor, com a requisição 43/61, foram retiradas, 299 telhas, tipo "eternit", para cobertura das casas de funcionários;
- d) — Do Almoxarifado de obras da Biblioteca Pública de Macapá, foram retiradas 14 sacas de cimento para serem utilizadas na construção do sistema de esgotos das casas de funcionários;
- e) — Três bombas marca Worthington, com equipamento completo, também do Plano de Obras de 1960, sendo duas destinadas ao Serviço de Abastecimento de Água de Macapá e uma para o Serviço de Abastecimento de Água de Calçoene, foram utilizadas em 1961.

Mas, teria sido examinado e aprovado pela Comissão de Assuntos Territoriais, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público e homologado pelo sr. Ministro da Justiça e Presidente da República o Plano de Obras de 1961, cujo montante atingiu a cifra de 59 milhões e 600 mil cruzeiros, pelo Ministério da Justiça?

A resposta é negativa.

A discriminação está assim delineada:

Construção de Casas para Operários.....	6.000.000,00
Construção Hospital de Santo Antônio, em Macapá....	5.000.000,00
Casa do Professor.....	3.000.000,00
Aterros de ruas, aberturas de novas ruas e avenidas em Macapá.....	800.000,00
Construção de escolas no Interior.....	2.000.000,00
Prosseguimento Construção Hospital Geral de Macapá..	1.500.000,00
Prosseguimento obras Abastecimento Água de Macapá..	1.000.000,00
Construção de Postos Médicos de Sucuriju, Taperebá, Vila Velha de Cassiporé, Pracuuba, Cachorrinho, Ponta dos Índios e Jarilândia.....	2.500.000,00
Construção da Rodovia Macapá/Mazagão.....	2.000.000,00
Prosseguimento construção Escola Normal.....	1.000.000,00
Idem do Grupo Escolar da Favela.....	1.000.000,00
Idem, do Colégio Amapaense.....	1.000.000,00
Idem, do Grupo Escolar do Lagunho.....	500.000,00
Idem, da Escola Doméstica de Macapá.....	1.500.000,00
Idem, da Escola Industrial de Macapá.....	1.000.000,00
Idem, do Serviço de Esgotos de Macapá.....	1.000.000,00
Idem, Construção da Escola de Iniciação Agrícola do Amapá.....	1.000.000,00
Idem, da Rodovia Macapá/Clevelândia.....	4.000.000,00
Plano de Energia Elétrica de Mazagão, etc.....	2.000.000,00
Obras do Pôrto de Macapá.....	1.000.000,00
Central de Polícia.....	1.000.000,00
Ampliação Garagem Territorial e Seção de Máquinas pesadas.....	1.000.000,00
Construção dos Foruns de Amapá e Mazagão.....	1.000.000,00
Obras de abastecimento de água em Calçoene, etc....	1.000.000,00
Prosseguimento construção Casa Secretário-Geral.....	1.000.000,00

Construção Mercado Público de Calçoene.....	500.000,00
Prosseguimento construção muro de arrimo de Calçoene.....	500.000,00
Construção Campo Pouso Calçoene.....	500.000,00
Construção rodovia Areia Branca/salgadeira.....	1.000.000,60
Prosseguimento construção Delegacias Oiapoque e Macapá.....	500.000,00
Serviço desobstrução e limpeza de rios.....	500.000,00
Prosseguimento construção Casas de Funcionários.....	1.000.000,00
Construção blocos órgãos do Governo.....	1.000.000,00
Pavilhões para as Divisões de Produção, Divisão de Obras e Serviço de Administração Geral.....	2.500.000,00
Prosseguimento do Muro Arrimo Macapá.....	1.000.000,00
Postos Médicos em Água Branca e Igarapé do Lago....	1.000.000,00
Prosseguimento obras Cadeia Pública.....	500.000,00
Biblioteca Pública de Macapá.....	300.000,00
Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis.....	5.000.000,00
TOTAL.....	59.600.000,00

Mas, teria sido observado o Decreto n.º 50.761, de 9-6-61, que estabelece normas para a execução orçamentária de 1961 e dá outras providências?

E, especialmente, o art. 3.º cujo texto é o seguinte:

“Art.º 3.º — A utilização de dotações globais ou destinadas a obras, instalações, equipamentos ou acordos ficam condicionadas a prévia aprovação presidencial.”

A resposta, de igual modo, é negativa.

Ao terminarmos o terceiro capítulo dêste trabalho, para atingir a etapa final e as conclusões, esperamos ainda entrar no exame de outros aspectos ocorridos no Território do Amapá, depois de março de 1961.

4.0.0

A COMISSÃO DE ASSUNTOS TERRITORIAIS E O TRIÊNIO ADMINISTRATIVO 1958/1960. VISITA DOS MEMBROS DA CAT

Foi no triênio 1958/1960 que foi criada, pelo Decreto n.º 44.491, de 18 de setembro de 1958, a Comissão de Assuntos Territoriais, que é presidida pelo Sr. Ministro da Justiça.

Dentre outras atribuições, a Comissão de Assuntos Territoriais possui as seguintes:

- a) — colaborar com o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e com os Governadores dos Territórios Federais no estudo de questões relacionadas com a administração territorial, propondo quaisquer medidas que entender convenientes;
- b) — opinar sobre projetos de leis ou atos executivos, pertinentes aos Territórios Federais;
- c) — acompanhar a execução orçamentária dos Territórios Federais promovendo as inspeções e demais providências que forem necessárias;

- d) — opinar sobre as propostas orçamentárias que serão por ela coordenadas e encaminhadas ao DASP, por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores;
- e) — opinar sobre os planos de aplicação de verbas orçamentárias ou de fundos especiais que serão, por seu intermédio, submetidos à aprovação do Presidente da República a uma autoridade competente, conforme o caso;

Exatamente no triênio 1958/1960, o Governo do Amapá recebeu a visita de dois dos seus ilustres integrantes, Dr. Geraldo de Rezende Martins e Comandante Guilherme Studart, que procederam levantamentos, estudos e verificaram a execução dos programas administrativos.

A oportunidade serve para transcrever, “data venia”, trechos da exposição feita ao Sr. Ministro da Justiça, pelo Dr. Geraldo de Rezende Martins, que pela realidade e significação representa um depoimento interessante para a história administrativa do Amapá.

Inicialmente diz Sua Senhoria:

“O panorama encontrado no Território do Amapá é bem diverso daquele do Rio Branco. Tem-se a impressão de que está tudo em ordem. O trabalho produtivo do Governador Pauxy Nunes, apesar de certas deficiências que, com o tempo, certamente, serão sanadas, é digno de elogios. A equipe que cerca o Governador é de primeira ordem. Geralmente moços, mas conscientes dos seus deveres, e sobretudo compreendendo bem a missão a cumprir e fazendo-o com sadio entusiasmo.”

Tecendo considerações sobre as obras, afirma:

“Dentro das possibilidades orçamentárias, as obras estão sendo realizadas com proficiência e economia. Entretanto, urge construir mais Grupos Escolares e Escolas isoladas porque toda a infância do Território anseia por instrução. O pavilhão de tuberculosos está praticamente concluído mas não tem equipamento nem verbas para pessoal, o mesmo acontecendo com o Pavilhão Infantil. Também o Posto de Puericultura Iracema Carvão Nunes teve uma dotação de Cr\$ 420.000,00 e não teve dotação alguma para 1959, ficando dessa forma impedido de dar os resultados esperados.”

A respeito do Serviço Médico:

“Os serviços médicos do Território, apesar de muita deficiência de pessoal, são mais ou menos satisfatórios, pela dedicação dos Chefes de Serviço e funcionários. O Hospital Geral de Macapá precisa de certas reformas e o Governo não dispõe de recursos específicos para essas obras. Duas de suas enfermeiras estão sacrificadas porque servem como enfermeiras de isolamento de tuberculosos dos dois sexos, o que representa grande perigo de contágio, para os demais doentes, mormente em se tratando de gente subalimentada. O Serviço Médico do interior representa um grande esforço dos clínicos e enfermeiros.”

Sobre a instrução primária:

“Em Macapá, a sede de escolas é um fenômeno interessante. Um dos grupos escolares está com 1.472 matrículas e teve ainda de recusar alunos por falta absoluta de espaço. Professoras estão sobrecarregadas com turmas até de 70 alunos, o que é contra todas as regras didáticas. Nestas condições urge terminar a construção do Grupo Escolar da Favela porque os outros existentes estão superlotados com 1.083 alunos e 1.472 matrículas.”

No tópico relativo à agricultura:

“Os trabalhos do Governo Federal no setor agrícola, apesar de dificuldades, vêm apresentando resultados apreciáveis. Estive com o agrônomo do Ministério da Agricultura, Jorge Nova da Costa, que vem focalizando com muita oportunidade o problema da mecanização da lavoura, mas não dispõe de recursos nem de máquinas para um plano de maior envergadura. Em relação ao Governo do Território o trabalho vem sendo feito com muito devotamento, mas as verbas do Ministério da Justiça são escassas e as da SPVEA não são distribuídas.”

No que concerne à pecuária:

“Na Fazendinha visitei o Posto de Monta. Encontrei reprodutores de muito boa linhagem. Os veterinários acompanham com grande interesse os resultados das cruzas e o desfile dos animais foi um índice de progresso do Território e do cuidado dos seus administradores. Existem no Amapá pastos fechados, mas raros. O problema do arame farpado, pelo seu elevado custo, é também angustiante e somente uma providência governamental possibilitará a solução adequada.”

Mesa-redonda com Diretores e Chefes de Serviços:

“Na véspera de minha partida, o Governador Pauxy Gentil Nunes convocou uma mesa-redonda de todos os Diretores e Chefes de Serviços. Todos os assuntos básicos do Território foram debatidos, sendo que o grupo de auxiliares do Governo é merecedor dos maiores elogios pelo conhecimento exato de suas atribuições e pela precisão e presteza com que respondia às perguntas. O responsável pelo Fomento Agrícola, Dr. Rafael Moura Ribeiro, por exemplo, interrogado sobre as possibilidades de se fornecer ao colono terra arada, declarou que no Campo Experimental do Equador, um trator TD6-International-Diesel depende de consertos na esteira, um pino, uma bucha e um rodete. Estão parados dependendo de conserto mais 17 tratores, inclusive 2 Schepard fornecidos pela SPVEA. As máquinas agrícolas estão ao tempo por falta de recursos para construir um barracão. Todos os Chefes de Serviços, com toda a liberdade, expuseram os seus problemas, orientados pelo mesmo ideal de melhor servir o Governo. O Governador Pauxy Nunes às vezes prestava, ele mesmo, esclarecimentos, sobretudo valendo-se de elementos colhidos nas verbas orçamentárias: mas esses eram, muitas vezes, baseados em preços vigentes na época em que foram votadas, mas completamente desatualizadas, em virtude do encarecimento geral das utilidades.”

Ao concluir, sob o título RESUMO, diz o dr. Geraldo Rezende Martins:

“Urge uma providência que permita aos Governadores dos Territórios recuperar o número incrível de tratores, caminhões, viaturas, lanchas e motores diversos cujo estado se torna dia a dia mais precário e cujo custo de recuperação, com o tempo, se eleva cada vez mais, sendo que em alguns casos se torna possível.”

“Torna-se necessário estudar a reestruturação do quadro de pessoal. O atual é de 1944 e não atende às necessidades do serviço.”

“As verbas da Spvea não devem ser concedidas parceladamente, como no regime atual. É melhor executar menor número de obras que fiquem concluídas do que continuar a fornecer parcelas minguadas para “prosseguimento”, que nunca chegam a termo.

“Senhor Ministro, os valores de tempo e distância da gente dos Territórios são muito diversos dos nossos, mesmo no Pará e no Amazonas pensa-se de maneira diferente.

“Em conversa com o Chefe do Tráfego do SNAPP disse-lhe que vários nordestinos, que se destinam ao Acre, estavam à espera de transporte

e ele me informou que "temos já um navio de partida para lá". Olhei para o relógio e perguntei-lhe a que horas partia o navio, ao que ele me informou: "No dia 16". Estávamos a 23 de março! 24 DIAS, em Belém, é já!!! No Território do Rio Branco indaguei se determinado lugar era perto e a resposta foi afirmativa; "perto", em Boa Vista, são 12 DIAS de canoa-motor.

"É preciso que o homem do sul conheça o homem do norte e sobretudo os Territórios. Quando o DASP e o Egrégio Tribunal de Contas intervêm no sentido de ser cumprida a lei e observado o Regulamento, só encaram o modo de vida do asfalto. Precisam conhecer as agruras das fronteiras.

"Os problemas dos Territórios são muito complexos. Estão já muito estudados. **PRECISAM SER RESOLVIDOS!**

"Acredito que a minha viagem tenha sido proveitosa. Foi ela feita com tôdas as canseiras de quem trabalhou, alguns dias, 23 e 24 horas ininterruptas.

"Se os resultados beneficiarem os nossos irmãos territorianos será mais um serviço dentre muitos que tenho prestado ao Brasil e dessa forma farei jus à confiança que Vossa Excelência em mim deposita."

Muito embora consideremos que os problemas do Amapá não sejam apenas o reflexo do desajuste provocado por uma estrutura antiquada e obsoleta em face do seu desenvolvimento; da repercussão do destaque irregular e fracionamento dos créditos orçamentários; das drásticas reduções nos recursos que lhe foram destinados pelo menos no triênio 1958/1960; desejamos render nossa homenagem de planiciário ao Dr. Geraldo de Rezende Martins, pela veemência e sinceridade com que apontou, ao sr. Ministro da Justiça, a importância da situação territorial e o imperativo de soluções imediatas.

Acreditamos que com êsse depoimento estamos tentando atingir parcialmente o nosso objetivo de esclarecer fatos ocorridos no Território do Amapá, depois de março de 1961.



CONCLUSÃO

1) — Já dissemos, mas necessário se torna repetir, agora, que muitas verdades foram hábilmente escondidas, propositadamente confundidas e outras roubadas ao conhecimento público para que um homem e seus companheiros de equipe fôssem desmoralizados. A equação delineada nos três fatos relacionados a seguir são provas indesmentíveis:

- a) — A protelação de direitos, vantagens e o gôzo de benefícios estabelecidos em Lei e decretos, à laboriosa classe do servidor público amapaense, representa má fé e falta de exação no cumprimento do dever;
- b) — Estamos a 31 de janeiro de 1962 e até agora a Comissão de Classificação de Cargos do DASP permanece aguardando o representante do Govêrno do Território do Amapá, para proceder à revisão do enquadramento provisório, para realizar o enquadramento definitivo e, desta forma, permitir que o funcionário público amapaense venha a ter os direitos, as vantagens e os benefícios determinados pela legislação;
- c) — Aproxima-se o dia 1 de julho de 1962, quando termina o prazo que o Poder Executivo dispõe, segundo o art. 87 da Lei de Reclassificação, para encaminhar ao Congresso Nacional a organização definitiva dos quadros dos Ministérios, dos Territórios, das Autarquias, Entidades Paraestatais, Ferrovias, Serviços Portuários e Marítimos administrados pela União.

2) — Muito embora o problema SPVEA mereça trabalho em separado, convém registrar que da dotação de 201 milhões 601 mil cruzeiros, consignada no orçamento da Supe-

rintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia para o Território, em 1960, o Governo do Amapá só recebeu a quantia de 4 milhões e 500 mil cruzeiros, conforme consta do relatório dirigido em fins de janeiro de 1961 ao então Presidente Jânio Quadros, parte da qual foi transferida para a responsabilidade do ex-governador José Francisco de Moura Cavalcanti, segundo consta do balanço anteriormente transcrito.

3) — O orçamento do Território do Amapá pelo Ministério da Justiça, para o ano de 1960, foi fixado em 309 milhões 118 mil e 80 cruzeiros, tendo sido reduzido, em face do Plano Nacional de Contenção de Despesas, para 299 milhões 118 mil e 80 cruzeiros.

4) — Mas, de acôrdo com a Exposição de Motivos n.º 16.439, do sr. Ministro da Justiça, dirigida ao Presidente da República, o Governador do Território recebeu, ATÉ A TERCEIRA SEMANA DO MÊS DE DEZEMBRO DE 1960, a importância de 171 milhões 608 mil e 842 cruzeiros.

5) — Sòmente a 29 de dezembro de 1960, em condições já especificadas, o Governo do Amapá recebeu a quantia de 127 milhões 509 mil 238 cruzeiros para pagamento do pessoal dos meses de outubro, novembro e dezembro e custeio dos planos, cuja movimentação foi efetuada através de cheques e rádios denominados "NORMAIS", dirigidos à Agência do Banco do Brasil, em Macapá, a favor da Tesouraria do Território e contrôle da assessoria contábil.

6) — As dificuldades por que passou o Governo do Território do Amapá, em 1960, em face dêsses aspectos de ordem financeira, podem ser melhor apreciadas e julgadas através do pagamento antecipado e regular das dotações dos exercícios de 1961, fato inédito em tôda a história do Amapá, cujo montante superou a cifra dos 800 milhões de cruzeiros, apenas pelo Ministério da Justiça;

7) — Deve ser registrado, de forma especial, que a soma das verbas pagas ao Governo do Amapá, nos exercícios de 1959 e 1960, através do Ministério da Justiça, não atinge a quantia de 800 milhões de cruzeiros, do ano de 1961;

8) — Mas a proposta orçamentária de 1961 foi elaborada pela administração amapaense durante o triênio 1958/1960;

9) — O enquadramento provisório, que elevou o orçamento do Território do Amapá, também foi obtido pela administração amapaense no triênio 1958/1960;

10) — O pessoal denominado no Território do Amapá, de “diarista”, isto é, que percebia por verba global, foi incorporado no quadro de pessoal, durante o triênio 1958/1960, deixando, portanto, de gravar os problemas do govêrno, a partir de 1961;

11) — Quando entregamos o nosso pedido de exoneração ao sr. Ministro da Justiça, nos primeiros dias de fevereiro de 1961, em Brasília, passamos às mãos de Sua Excelência uma via do relatório dirigido ao então Presidente Jânio Quadros, onde estão especificados, como dificuldades críticas para o Govêrno do Território do Amapá, no campo administrativo, os seguintes detalhes:

“Destaque irregular e fracionamento dos créditos orçamentários. A administração do Território sofreu, nos últimos anos, drásticas reduções nos recursos que lhe foram consignados anualmente pelo Orçamento Geral do Govêrno da República. Trata-se de problema da maior gravidade. Submeteu o Govêrno amapaense à contingência de ter que reduzir a aspirações de alvos mínimos, já fixados com prudência e economia; obrigou-o a reajustar, constantemente, seus planos de trabalho, alterando projetos técnicos de suas Divisões e Serviços, recusando estímulos a setores de produção que reconhece válidos, desfazendo, enfim, medidas prioritárias do processo de desenvolvimento territorial. O Ministro da Justiça foi repetidamente cientificado dos prejuízos causados por essas reduções.”

“Problemas de igual seriedade se verifica quanto ao fluxo de entrega das dotações consignadas à administração amapaense. Fracionam-se os créditos em duodécimos, de destaque quase sempre irregular e tardio ou, no caso da SPVEA, sujeitos a escalas de prioridades, que raramente coincidem com as épocas de ocorrência normal das necessidades que pretendem cobrir. Verbas para o preparo do solo, nos programas de lavoura, se recebidas, o são na fase da semeadura ou da colheita.”

Providências sugeridas:

“Em face do exposto, tomo à liberdade de sugerir a Vossa Excelência o seguinte esquema de solução mínima para a regularização do assunto no corrente exercício:

a) — determinar ao Ministério da Fazenda o cumprimento do que estabelece o art. 19, do Decreto-Lei n.º 5.839, de 21 de setembro de 1943: “Os créditos atribuídos aos Territórios Federais, nos orçamentos da União, serão automaticamente registrados no Tribunal de Contas e, na sua totalidade, postos no Banco do Brasil, à disposição dos respectivos Governadores;

b) — determinar ao Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), o destaque imediato dos totais ou saldos de dotações classificadas em primeira prioridade nos exercícios de 1958, 1959 e 1960;

c) — determinar ao Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a pronta liberação das parcelas de créditos orçamentários destinados, através desse órgão, a programas de valorização do Território, que foram classificadas em primeira prioridade, no exercício de 1961;

“Se Vossa Excelência achar por bem deferir as providências acima pleiteadas, pode ficar certo de que terá removido um dos nódulos mais resistentes à normalidade dos programas do Amapá. Mais ainda: de que os recursos liberados fluirão para campos de atividades submetidas a planejamento técnico rigoroso.”

12) — Êsse relatório foi entregue ao ex-governador José Francisco de Moura Cavalcanti e, por nossa determinação, impresso nas oficinas gráficas do Governo e encaminhado às autoridades do Território do Amapá;

13) — Jamais o Território recebeu, em tão curto prazo de Governo, a visita de dois representantes do sr. Ministro da Justiça, que procederam levantamentos, estudos, debateram problemas e emitiram pronunciamento sôbre a administração amapaense;

14) — A apreensão do fichário e arquivo contábil, o encarceramento da prestação de contas do exercício de 1960, os inquéritos instaurados, explorados, mas sem solução alguma até hoje; os meios escusos e subterrâneos utilizados, contrariando decretos, leis e até mesmo a Constituição, banidos há muito da história do Brasil, retratam fielmente os propósitos a serem atingidos;

15) — A passividade e a acomodação diante dêsses e de outros fatos sumamente graves, encontrados até nas páginas do órgão oficial do Governo do Território, ocorridos depois de março de 1961, que não foram apontados à opinião pública, nem condenados, nem tão pouco denunciados às autoridades federais indicaram, segundo a opinião geral, a conveniência de poderosos interesses políticos em eclosão daí por diante, para manter o clima de desmoralização contra nós e os nossos companheiros de equipe;

16) — Mas entre as imposições de tôda ordem, as intimidações de nossa extradição definitiva do Amapá, a ameaça de um nôvo e grande dilúvio, o nosso silêncio e a verdade, preferimos êste último caminho.

Eis a razão por que fomos obrigados a realizar mais um modesto trabalho, seguindo a trilha que nos levará a mostrar, escalonadamente, a realidade dos aspectos administrativos e políticos do Território do Amapá, depois de março de 1961.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1962

Pauxy Gentil Nunes.





Composto e impresso nas oficinas gráficas da
EDITORA BRASIL-AMÉRICA LIMITADA

Rua General Almério de Moura, 302
(São Cristóvão)
RIO DE JANEIRO, Gb.



Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.



**ACERVOS
DIGITAIS**

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804

cdmam@cultura.am.gov.br

acervodigitalsec@gmail.com



**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM**